



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - ICSA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

ISAAC DOS SANTOS DA CONCEIÇÃO MARTINS

**COOPERAÇÃO BRASIL E TIMOR-LESTE NO DESENVOLVIMENTO
DOS SERVIDORES PÚBLICOS**

REDENÇÃO-CE-BRASIL

2017



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - ICSA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

ISAAC DOS SANTOS DA CONCEIÇÃO MARTINS

**COOPERAÇÃO BRASIL E TIMOR-LESTE NO DESENVOLVIMENTO
DOS SERVIDORES PÚBLICOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Administração Pública do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da UNILAB, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

ORIENTADORA: PROFESSORA. DRA. ANDREA YUMI SUGISHITA KANIKADAN

REDENÇÃO-CE-BRASIL

2017

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia da Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte

Martins, Isaac dos Santos da Conceição.

M343c

A Cooperação Brasil e Timor-Leste no desenvolvimento dos servidores públicos /
Isaac dos Santos da Conceição Martins. – Redenção, 2017.

55f: iL.

Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Administração Pública, Instituto de
Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia
da Afro-Brasileira, Redenção, 2017.

Orientadora: Prof^a Dr^a Andrea Yumi Sugishita Kanikadan.

1. Administração Pública. 2. Cooperação Internacional. 3. Timor-Leste. I. Título.
CE/UF/BSCL CDD 350

ISAAC DOS SANTOS DA CONCEIÇÃO MARTINS

**COOPERAÇÃO BRASIL E TIMOR-LESTE NO DESENVOLVIMENTO
DOS SERVIDORES PÚBLICOS**

Monografia julgada e aprovada para a obtenção do Diploma de Graduação em Administração Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

BANCA DE AVALIAÇÃO

Profa. Dra. Andrea Yumi Sugishita Kanikadan

Orientadora

Prof. Dr. Pedro Rosas Magrini

Membro

Profa. Dra. Eliane Barbosa da Conceição

Membro

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho especialmente aos meus pais e irmãos que são os principais pilares do meu sucesso, agradeço sempre, pelas suas lindas palavras e formação moral que me deram inclusive o suporte financeiro que nunca falta na minha vida.

Pai, Mãe e queridos irmãos vocês são meus tesouros.
Agradeço muito a Deus por ter colocado vocês na minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida e por ter me acompanhando chegar até aqui.

Agradeço a minha orientadora, Professora Dra. Andrea Yumi Sugishita Kanikadan por ter aceitado a me orientar e partilhar seus conhecimentos. Agradeço pela sua dedicação, a disponibilidade de tempo e, principalmente, a confiança que me deu.

Agradeço imensamente a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, aos professores da Instituição de Ciências Sociais Aplicadas inclusive professores e professoras de outros Institutos. Aos técnicos/as administrativos/as, aos terceirizados/as, e aos servidores/as.

Agradeço ao Governo Timor-Leste, pela oportunidade, a confiança e a facilidade durante o meu estudo aqui no Brasil.

Agradeço especialmente aos meus pais e irmãos pelo amor e incentivo que me deram durante minha vida e pelo suporte financeiro que nunca me falta.

Agradeço aos meus amigos, Antonio Gomes, Filipa da Costa Pinto, Eva Filomena de Fatima Freitas, Jucelina Maria da Cruz, Maria Engracia Rodrigues, Mario Moniz, Mario Marçal, Paulina Soares e Saturnino Goudinho pela amizade, confiança e incentivo.

Agradeço a minha professora Daniela Camolesi pelas informações e conhecimentos partilhados, principalmente por ter ajudado enviar os materiais importantes que contribui bastante para este trabalho.

RESUMO

A Cooperação Sul-Sul (CSS) ou Horizontal, também conhecida como a Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD), hoje em dia, apresenta como um sistema que articula a política dos países emergentes e menos desenvolvido na promoção do desenvolvimento. Por meio nela, os países em similar grau de desenvolvimento possam atuar juntos e solucionem seus problemas, através de compartilhamento dos conhecimentos e experiências nas áreas econômicas, sociais, políticas e tecnológicas. A cooperação bilateral entre Brasil e Timor-Leste, neste caso, também fundamenta-se nas premissas da Cooperação Sul-Sul. Existem várias linhas de cooperação entre os dois países, uma delas com intuito de fomentar o desenvolvimento do Timor-Leste por meio de qualificação dos servidores públicos e desenvolvimento institucional. O presente trabalho intitulada a cooperação Brasil e Timor-Leste no desenvolvimento dos servidores públicos. Com objetivo geral, analisar o acordo de cooperação existente entre Brasil e Timor-Leste na construção e o desenvolvimento dos servidores públicos de Timor-Leste. E os objetivos específicos são: 1) analisar o impacto desta cooperação no programa de desenvolvimento dos servidores públicos de Timor-Leste, 2) apontar a influência do programa de desenvolvimento que foram dadas pelas profissionais brasileiros, na qualificação dos servidores públicos de Timor-Leste, 3) compreender o comprometimento do programa com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Timor-Leste 2011-2030. Este trabalho embasa-se na pesquisa bibliografia e documental, são livros, dissertações, revistas, internet, documento acordo cooperação Brasil e Timor leste e Plano Estratégico de Desenvolvimento Timor-Leste 2011-2030. O resultado da pesquisa mostra que existem ganhos não-monetários nessa cooperação, também por meio dessa, ambos países levam vantagens em diversos sentidos para o desenvolvimento destes.

Propõe-se pra realizar uma nova pesquisa que apresenta claramente sobre os resultados e avaliações sobre a implementação do projeto em Timor-Leste, as cooperações existentes entre os dois países nas outras áreas e inclusive mostrar os resultados de estudo preliminares que foi realizado em Timor-Leste para a implementação o projeto intitulada Programa para Fortalecimento da Administração Pública de Timor-Leste.

Palavras-Chave: Cooperação, Treinamento, Capital humano, Timor-Leste.

ABSTRACT

South-South Corporation (SSC) or Horizontal Cooperation, is also known as Technical Cooperation among Developing Countries (TCDC), nowadays it is presented as a system that articulates the policy of emerging and less developed countries in promoting development. Through this, countries with the same level of the development can work together and solve their problems by sharing the knowledge and experiences in the economic, social, political and technological areas. In this case, the bilateral cooperation between Brazil and East Timor is also based on the premises of South-South Cooperation. There are several lines of cooperation between the two countries; one of them is aimed to promote East Timor's development through the qualification of public servants and institutional development. This research is about the Cooperation between Brazil and East Timor in the development of civil servants. The general objective of this research is to analyze the existing cooperation agreement between Brazil and East Timor in the construction and development of the civil servants. The specific objectives are: 1) to analyze the impact of this cooperation on East Timor's public servants development program, 2) to point out the influence of the development program given by Brazilian professionals in the qualification of public servants in East Timor, and 3) to understand the program's commitment of East Timor Strategic Development Plan 2011-2030. This research is carried out based on the literature and documentary research such as books, dissertations, magazines, internet and documents of the Cooperation agreement between Brazil and East Timor and East Timor Strategic Development Plan 2011-2030. The result of this research shows that within this cooperation there are non-monetary gains and also through this cooperation both countries have advantages in several ways for the development of these. It is suggested to carry out a new research that clearly presents on the results and evaluations on the implementation of the project in East Timor, the existing cooperation between the two countries in the other areas and even show the preliminary study results that was carried out in East Timor for the implementation of the project that addressed on the Program for Strengthening Public Administration of East Timor.

Keywords: Cooperation, Training, Human Capital, East Timor.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Localização de Timor-Leste no mundo	37
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Conceitos de Cooperação Internacional nas Relações Internacionais	20
Quadro 2- Visão da Cooperação Internacional para Desenvolvimento	25

LISTA DE ABREVIACÕES

ABC - Agência de Cooperação Brasileira
ABC/MR - Agencia Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores
AOD – Ajuda Oficial ao Desenvolvimento
ATTL - Administração Transitória de Timor-Leste
BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CFP - Comissão da Função Pública
CID – Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
CISPE - Civil Service and Public Employment commission
CNS – Cooperação Norte-Sul
CNS – Cooperação Sul-Sul
CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CTPD - Cooperação Técnica Internacional dos Países em Desenvolvimento
CTR – Cooperação Triangular
ESAF – Escola de Administração Fazendária.
ESAF/MF - Escola de Administração Fazendária do Ministério da Fazenda
EUA - Estados Unidos da America
FRETILIN - Frente Revolucionaria de Timor leste Independente
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
INAP - do Instituto Nacional de Administração Pública
INTERFET - Internacional Forces for East Timor
IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas de Presidência da República
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODMs - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ONGs – Organizações não Governamentais.
ONU – Organizações das Nações Unidas
PED – Países em Desenvolvimento
PED – Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030 de Timor-Leste
PIB - o Produto Interno Bruto
PNUD - o Programa Nações Unidas para o Desenvolvimento
RDTL - República Democrática de Timor-Leste
T&D – Treinamento e Desenvolvimento
UNAMET - United Nations Mission in East Timor
UNLDC – United Nations Least Developed Countries
URSS - União das Repúblicas Socialista Soviética

SUMARIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 REFERENCIAL TEORICO.....	16
2.1 Contextualização.....	16
2.2 Conceitos teóricos de cooperação internacional.....	16
2.2.1 Acordos e cooperações internacionais.....	16
2.2.2 A cooperação internacional no âmbito das teorias de relações internacionais	18
2.2.3 Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID).....	21
2.2.4 Cooperação Norte-Sul (CNS).....	26
2.2.5 Cooperação Sul-Sul (CSS)	27
2.3 Treinamento	29
2.4 Capital humano	33
3 METODOLOGIA	34
4. O ACORDO DE COOPERAÇÃO BRASIL E TIMOR-LESTE NO PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO TIMOR-LESTE.....	35
4.1 Contextualização a República Democrática de Timor-Leste.....	35
4.2 Administração pública de Timor Leste	37
4.2.1 Administração portuguesa	39
4.2.2 Administração Indonésia.....	40
4.2.3 Administração transitória das Nações Unidas	40
4.2.4 Administração pós transitória	41
4.3 Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED, 2011-2030).....	42
4.4 Projetos da cooperação técnica entre Brasil e Timor-Leste.....	44
5 ANALISE E DISCUSSÃO	47
5.1 Contribuições do acordo de cooperação e do projeto para o Timor-Leste	47
5.2 Timor-Leste como beneficiado da CSS	48
5.3 Brasil como doador da CSS	49
5.4 Limitações da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD)	49
5.5 Decisões devem ser tomadas pelo Timor-Leste	50
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	53

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos séculos, o teor de cooperação apresenta uma postura que vai além do processo de conduzir a paz e estabilidade. É uma política que produz um laço de amizade entre os países e independentemente se ele é o desenvolvido ou não. A partir desta cooperação é que os atores (estado ou país) desenham conjunto de ações que auxiliam a construção e o desenvolvimento dos países que precisam.

A cooperação para o desenvolvimento do país é um assunto que está sendo pautado ou tratado bilateralmente entre governo Brasileiro e governo Timorense, já que, no domínio de cooperação internacional o Brasil apresenta-se como um país doador, portanto, há capacidade de prestar serviços aos outros países que necessitam da ajuda ou suporte principalmente os que foram identificados como países em desenvolvimento.

A cooperação ou relações diplomáticas Brasil e Timor-Leste para o desenvolvimento iniciou-se em 2002, ano em que Timor-Leste tomou sua independência. Até o momento, através dessa cooperação, o governo Brasileiro continua dando o suporte e atuando em diversas áreas principalmente programa de formação e capacitação aos servidores públicos. A falta de recursos humanos, especialmente servidores públicos capacitados e competentes é ainda considerado como o problema do Timor, apesar de vê-los como chave importante para o desenvolvimento tanto da instituição pública quanto do país, no entanto, esta é a realidade que existe desde sua independência, e atualidade, para o funcionamento do estado, o país é obrigado recorrer aos assessores internacionais para ocupar os cargos públicos e fortalecer o funcionamento das atividades administrativas. De acordo com dados apresentados pelo *síte* da escola de administração fazendeira (ESAF) há cerca de 27.500 servidores públicos de Timor-Leste, volta de 30% dos funcionários públicos possuem formação de nível superior e apenas 40% tem domínio de português, aos demais têm o conhecimento nas línguas tétum, inglês, e indonésio. Cabe ressaltar que na constituição da República Democrática de Timor-Leste, tétum e o português são considerados as línguas oficiais. Porém, cotidianamente os timorenses usam as línguas tétum, inglês, português e indonésio (ESAF, 2017)¹.

No tocante de recursos humanos e/ou servidores públicos, as organizações não são representadas apenas por seu capital físico e financeiro. O capital humano também é considerado como o principal patrimônio desta organização. Ele é constituído por pessoas e sua influência é muito grande no sucesso da organização. Em um mundo versátil e moderno inclusive contestador a organização deve preocupar-se sempre com a sua sobrevivência e

¹ Mais informações: <http://www.esaf.fazenda.gov.br/timor-leste-1/view>

principalmente no alcance dos seus objetivos. Isso quer dizer que, ele deve trabalhar com pessoas competentes e talentosas que estão sempre preparadas e capazes de ajudar a enfrentar os desafios. O mais importante de todos é que a organização deve oferecer o programa de capacitação e treinamento que sejam capazes de ajudá-los ao exercer seu cargo de maneira mais eficiente e com qualidade inclusive a capacidade de superar ou ultrapassar os riscos e desafios do mundo moderno.

O treinamento é tão conhecido nas organizações do século XXI. As organizações bem mais sucedidas no mundo inteiro investem a cada ano milhões de dólares para este programa. Conforme

Chiavenato (2014, p. 310) As organizações mais bem-sucedidas investem pesadamente em treinamento para obter um retorno garantido. Para elas, o treinamento não é uma simples despesa, mas um preciso investimento, tanto na organização quanto nas pessoas que nela trabalham. E isso traz benefícios diretos para a cliente.

As afirmações acima nos mostram bem clara que, o programa de treinamento não é uma simples atividade. Por meio dele as organizações podem desenvolver as atividades da melhoria da competência dos seus funcionários a fim de contribuir no alcance dos objetivos da organização principalmente o desenvolvimento de conhecimento do próprio funcionário. O treinamento das pessoas pode acontecer em quaisquer instituições tanto privadas quanto públicas. O mais importante é que, ele seja realizado de acordo com as necessidades da organização.

O Timor-Leste apesar de ser considerado como um país tão jovem e em desenvolvimento apresenta-se com recursos humanos limitados, sendo vital colocar nos seus planos e estratégias, um programa de capacitação e treinamento aos seus servidores públicos que tem o papel preponderante de desenvolver a instituição pública principalmente no processo de construção e desenvolvimento do país. Já que, um programa de treinamento segundo Chiavenato (2014, p. 311) “é orientado para o presente, focalizando o cargo atual e buscando melhorar as habilidades e competências relacionadas com o desempenho imediato do cargo”. Não há dúvida para implementar este programa nas instituições públicas de Timor-Leste.

A Implementação do programa de treinamento aos servidores públicos de Timor-Leste é feito através de uma cooperação entre governo brasileiro e governo Timorense intitulada programa para fortalecimento da administração pública de Timor-Leste: capacitação estratégica para desenvolvimento institucional e gestão de recursos humanos, que se iniciou em 2013. Este programa com intuito de fortalecer a administração pública de Timor e principalmente o desenvolvimento de recursos humanos.

Baseando em tudo isso, o objetivo geral desta pesquisa é analisar o acordo de cooperação existente entre Brasil e Timor-Leste na construção e o desenvolvimento dos servidores públicos de Timor-Leste. E os objetivos específicos são: 1) analisar o impacto desta cooperação no programa de desenvolvimento dos servidores públicos de Timor-Leste, 2) apontar a influência do programa de desenvolvimento que foram dados pelos profissionais brasileiros, na qualificação dos servidores públicos de Timor-Leste, 3) compreender o comprometimento do programa com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Timor-Leste 2011-2030.

Dessa forma, para alcançar ou chegar tais objetivos, a metodologia utilizada baseou-se no procedimento da pesquisa bibliográfica e documental. Os documentos utilizados para compor as ideias desta pesquisa, foram materiais já publicadas como, livros, artigos, dissertações, teses, monografia e internet. Além disso, como documentos centrais de nosso estudo, coletamos os dados a partir das matérias como diários, contratos, documentos oficiais e para finalizar incluímos a pesquisa com os dados secundários como relatórios.

Os principais motivos que levaram o pesquisador a escolher este tema foram:

- ✚ Como o futuro administrador público de Timor-Leste é muito importante saber identificar as principais ações e investimentos do governo de Timor leste em relação ao desenvolvimento da instituição pública especialmente desenvolvimento de capital humano;
- ✚ Que esta pesquisa possa contribuir com o funcionamento do Estado de Timor-Leste;
- ✚ Contribuir para o desenvolvimento do país;
- ✚ Saber a importância do programa de treinamento e capacitação aos servidores públicos de Timor Leste principalmente as cooperações que contribuem para este processo;
- ✚ Aumentar o conhecimento do pesquisador na área de administração pública;
- ✚ A pesquisa possa contribuir no desenvolvimento de conhecimento das pessoas especialmente que sirva como informação aos povos Timor-Leste do quanto a importância das ações do governo aos cidadãos timorenses

2 REFERENCIAL TEORICO

2.1 Contextualização

A pesquisa científica é considerado como um estudo que se fundamenta nas normas legais da ciência, a sua estruturação e a elaboração exigem técnicas adequadas e o raciocínio lógico do pesquisador inclusive a capacidade de fazer uma interpretação dos dados e correlacioná-los com as teorias e os conceitos. Markoni e Lakatos realçam que:

A finalidade da pesquisa científica não é apenas um relatório ou descrição de fatos levantados empiricamente, mas o desenvolvimento de um caráter interpretativo, no que se refere os dados obtidos. Para tal, é imprescindível correlacionar a pesquisa com o universo teórico, optando-se por um modelo teórico que sirva de embasamento à interpretação do significado dos dados e fatos colhidos ou levantados (LAKATOS E MARCONI, 2010. p. 207).

A revisão literatura, especificamente, é a parte que o pesquisador pode apresentar as teorias e os conceitos adotados no trabalho e que sirva como o fundamento das suas ideias e as interpretações. Neste caso, o presente trabalho ira-se apresentar as teorias e conceitos que são relacionados com o tema da pesquisa, e que sirva como também como os fundamentos para a construção das ideias do pesquisador. Os conceitos e teorias que serão abordados nesse estudo são: a cooperação, o treinamento e capital humano.

2.2 Conceitos teóricos de cooperação internacional

2.2.1 Acordos e cooperações internacionais

Pensando em cooperação internacional é necessário que resgatar o conceito etimológico sobre o que é cooperar. Segundo Bruno Ayllón, citado por Tadeu Morato Maciel, cooperar é “atuar conjuntamente com outros para conseguir um mesmo fim” (AYLLÓN, 2007, p.40 *apud* MACIEL, 2009, p.215). Deste modo, cooperar significa que os indivíduos se unem e desenvolvem ações para solucionar os problemas comuns pelo qual o indivíduo não tem capacidade de solucioná-lo de maneira isolada.

Trazendo o conceito do Ayllón no âmbito na política internacional, as relações entre as nações se desenvolve a partir de um ciclo. Uma vez que existem os conflitos e guerras, posteriormente gera-se a expectativa da euforia que leva a ocorrer a cooperação e acordos internacionais, visando a manutenção da paz. Alguns exemplos que precisam ser destacados nesse processo de relações internacionais é o fim da primeira Guerra Mundial que posteriormente trouxe a possibilidade de realizar as cooperações, inclusive com a

criação da Liga das Nações. Mesmo assim, em algumas realidades, os conflitos ainda continuam acontecendo e ainda destacam nas relações internacionais de que maneira a atuação e autonomia das organizações internacionais tem a capacidade buscar soluções para esses conflitos não resolvidos (RAMOS, 2006).

As relações internacionais, são tratadas de diferentes maneiras, na busca de cooperar no que tange entre os indivíduos, as organizações e até as nações com finalidade específica para objetivo em comum. Com as relações internacionais entres os países, os Estados buscam um padrão de cooperação que seja aceitável como uma motivação moral de modo que essa cooperação entre as nações tragam o benefício para ambas. O propósito de realização da cooperação é a possibilidade para maximizar o nível de cooperação política entre os Estados.

A cooperação internacional segundo Robert Keohene (1984 *apud* RAMOS, 2006, p.1) é “um processo de coordenação de políticas por meio do qual os autores (no caso os Estados) ajustam seu comportamento às preferências reais ou esperadas dos outros autores”. Para o autor, a cooperação pode se caracterizar como um fim, porém é um processo pelo qual existe a possibilidade de eliminar a dominação dos possíveis tipos de promoção de valores, simultaneamente limitar as necessidades de se entrar nas discussões profundas em relação aos interesses dos autores envolvidos no processo de coordenação de política. Além disso, esse conceito deveria priorizar a existência dos interesses compartilhados pelos atores e buscam os motivos que levam a realizar cooperação, pois, no entanto, os interesses compartilhados por a cada autor não tem razão de existir se não há harmonia de interesse, pois não há a necessidade de cooperação para ajuste das políticas.

A cooperação é uma contribuição entre indivíduos ou organizações com determinada finalidade e por um mesmo objetivo. Esta contribuição baseia-se na necessidade dos autores e deve impor uma colaboração, porém ao mesmo tempo existe a competição. A cooperação pode ser realizada por mais de uma pessoa ou composto de pessoas em grupo para se colaborarem do objetivo comum e ao mesmo tempo competirem com outros grupos. Ela é uma forma para se colaborar para atingir os objetivos dos membros do grupo para o bem comum. Assim, ela é definida como um processo de coordenação que ocorre através do qual os autores envolvidos ajustam seus comportamentos às prioridades reais e esperada dos outros autores.

Entretanto, segundo Keohane, apresentado pelo Ramos (2006), apresenta que, a cooperação só depende apenas na existência dos interesses compartilhados e dos interesses mútuos, mas os autores envolvidos (os Estados) têm a possibilidade de não concordar com alguns dos interesses e discordar unilateralmente.

Conforme Milner *apud* pelo Ramos (2006), a cooperação pode acontecer de três formas: tática, negociação e imposta. Na cooperação tática, o ajuste da política pode ocorrer sem que haja a necessidade dos acordos explícitos entre os autores envolvidos. Em relação à cooperação negociada, é necessário que exista um acordo explícito mútuo entre os autores. Já na cooperação imposta, pode ocorrer de maneira similar á tática, mas um dos autores (mais poderoso) obrigar ou forçar o outro a alterar a política do outro, uma vez que esse autor ajusta sua própria política.

Para Fischer (1988 *apud* RAMOS, 2006), a cooperação pode-ser realizada a partir de quatro características, a saber: a) troca de informação que auxilia a cooperação de maneira tática conforme apresentada por Milner (*apud* Ramos, 2006); b) a negociação dos acordos específicos possa ser realizada uma vez só; c) estabelecimento das regras e normas, como por exemplo, os regimes internacionais, que direcionam as parte envolvidas e limitam as escolhas individuais de políticas e por último d) existência de instrumentos de políticas nos interesses comuns, principalmente como acontece na comunidade política (União Europeia).

2.2.2 A cooperação internacional no âmbito das teorias de relações internacionais

Existem duas teorias gerais que deram origem uma à outra no aspecto da cooperação entre os Estados nas relações internacionais, tais como: teoria realista e liberal. No entanto, essa abordagem de cooperação se inicia quando houve o antagônico conceito dessas teorias que não devem abordar isoladamente.

Segundo Lacerda (2006), na **teoria realista**: os tratados internacionais podem ser realizados exclusivamente apenas nas variáveis políticas entre os Estados, tais como, diplomáticas e militar-estratégicas.

A teoria realista é, sem dúvida alguma, a mais importante de todas quando se trata de relações internacionais, e talvez, quando se fala em política internacional, o realismo seja a mais adequadamente nominada. Isso porque o realismo trata basicamente, quase exclusivamente, das relações políticas entre os estados, considerando válidas apenas as variáveis políticas, isto é, diplomáticas e militar-estratégicas (LACERDA, 2006, p.58).

Essa teoria baseia-se nas ideias de Nicolau Maquiavel (1469-1527), principalmente Thomas Hobbes (1588-1679), na sua obra intitulada “guerra de todos contra todos”. Surge o realismo em contraposição ao idealismo e logo no século XX, o momento de tem mais força e apoio de Edmund Carr (1981), sobretudo o Hans Morgenthau (1985). Conforme esses autores, principalmente o filósofo Hobbes, quando os homens vivem numa sociedade, onde

existe uma autoridade que seja capaz de determinar as regras de convivência mutuamente e põe as ordens, ainda permanece numa situação de conflito e “anarquia”, pelo qual cada pessoa é responsável por si mesma, na busca de poder mais alto para se manter a integridade física que levaria ao acúmulo de disputa do poder (LACERDA, 2006).

Ainda a mesma ideia, confirmado por Martins e Meneghel², mostra que no sistema internacional, existe um constante antagonismo entre os países e cada um se defende por seu interesse nacional.

Conforme apontado pelo Kenneth Waltz (1924) apresentado por Martins e Meneghel, “[...] não há ator acima do Estado, estabelecendo entre estes uma relação de anarquia, sem comando central formal, ou seja, não há um Estado por ser maior ou mais forte que tenha o direito de comandar os outros”. Assim, no sistema anarquia, os Estados buscam os interesses próprios, sua sobrevivência, considerado como único autor das relações internacionais e pactua-se a cima de tudo por possuir a capacidade militar e econômica.

Na visão neorrealista, apresentado pelo Waltz (1924), em vez de o Estado agir como um ator único, inclui outros, tais como organizações multilaterais, governamentais e não governamentais, sem que o Estado perca sua autonomia como centro das relações internacionais.

A versão neorealista aportada por Waltz retira a proeminência do Estado como ator individual nas relações internacionais e dá ênfase à estrutura do sistema internacional, sendo que esta exerce constrangimento sobre os atores individuais. Por esta razão, Waltz inclui outros atores como organismos multilaterais e organizações governamentais e não-governamentais, sem, contudo, o Estado perder a centralidade nas relações internacionais ((MARTINS; MENEGHEL, p.4).

Já na **teoria liberal**: os Estados estabelecem a colaboração na busca de resolução dos problemas e a paz através de entendimento e as relações que tangem não somente as relações políticas, mas também na economia e cultura. A teoria liberal baseia-se na ideologia de John Locke, pelo qual o surgimento dos governos acontece a partir de pactuação entre os indivíduos pela proteção da vida, a liberdade e propriedades humanas que se baseiam em acordos escritos. Os governos podem perder sua função, caso houver a revolta de seus indivíduos quando não exerce sua função de maneira como deveria ser.

[...] o liberalismo surge como consequência da luta da burguesia contra a nobreza e a Igreja, aspirando a ter acesso ao controle político do Estado e procurando superar os obstáculos que a ordem jurídica feudal opunha ao livre desenvolvimento da economia. Trata-se de um processo que durou

² Mais informações: <
http://www.academia.edu/4808917/A_COOPERA%C3%87%C3%83O_INTERNACIONAL_BRASILEIRA_E_O_TI_MOR_LESTE> Acesso em: 02 abr. 2017.

séculos, afirmando a liberdade do indivíduo e defendendo a limitação dos poderes do Estado (VÁRNAGY, 2006, p.46).

Nas relações internacionais, o Estado ainda ganha o poder como um ator fundamental e tem a necessidade de participar e considerar outros atores multinacionais, tais como: ONGs (Organizações não Governamentais), Organizações multilaterais (Organização das Nações Unidas – ONU, por exemplo), Banco Mundial, União Europeia entre outras. Estes autores têm independências complexas em relação no contexto internacional, pois essa teoria garante que quanto maior o grau de independência, menor deve existir a possibilidade de guerra e conflito (MARTINS; MENEGHEL, p.5).

A cooperação pode-se realizar de diversas formas e iniciou-se de fato a partir da problematização entre os países, como por exemplo, a guerra e conflito. Na lógica do realismo, a cooperação é vista como intervenção e que normalmente denomina intervenção humanitária para proteção dos direitos humanos ou proteção aos indivíduos passados pela instabilidade.

Contudo, em alguns casos, não acontece a cooperação a partir dos conflitos, como acontece em alguns Estados que ainda existe guerra e conflito atualmente. A cooperação pode-se realizar a partir dos interesses coletivos dos autores (Estados) para os interesses que engloba toda parte, ou seja, se realiza por necessidade de fortalecer a política, economia e outras questões que os motivaram a realizar esses acordos internacionais.

Podemos resumir essas duas teorias em seguinte tabela:

Quadro 1- Conceitos de Cooperação Internacional nas Relações Internacionais

Escolas teóricas	Descrição
Realista/Neorealista	A cooperação internacional, vista como instrumento de poder e interesse nacional do país dominante, é o que orienta a agenda da cooperação internacional, em que sistemas de alianças e contra alianças estão à serviço de certa estabilidade hegemônica, e as trocas de favores, em mão dupla, aumentam o prestígio do país doador.
Liberal/Neoliberal	A cooperação internacional limita o processo de desenvolvimento das nações, o qual deveria ser orientado pelas regras do mercado, mas que, ao mesmo tempo, serve como garantia da liberalização e desregulamentação dos mercados nacionais. Esta teoria pluralista preconiza a presença de múltiplos atores (não apenas os Estados) e comportamentos cooperativos, orientados de múltiplos

	interesses. Na visão mais radical, ela explica a manutenção da relação de dependência entre países como aqueles da África.
--	--

Fonte: (SANTOS, 2013; BARRIOS, 2013, ALMEIDA; KRAYCHETE, 2013 *apud* CAIXETA, 2014).

2.2.3 Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID)

Com o final da Guerra Fria, e no início do século XXI, a concepção e fundamentos da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) começou a se transformar na maior parte do mundo. Apareceram-se os agentes de desenvolvimento internacional, assim como os novos meios de financiamento e articulação entre os Estados, organizações multilaterais, organizações não governamentais, fundações, empresas privadas entre outras. Mesmo com o envolvimento das diversas organizações e os diversos autores, “das concepções sobre o desenvolvimento, postulações políticas e formas de canalizar e gerir a ajuda, pode-se considerar a CID como uma unidade de análise com seus diferentes elementos constitutivos: os agentes, as interações e dinâmica que eles estabelecem e a estrutura do poder” (PINO, 2013, p.10).

Segundo Carlos R. S. Milani, a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento pode ser entendida como:

[...] um sistema que articula a política dos Estados e atores não governamentais, um conjunto de normas difundidas (ou, em alguns casos, prescritas) por organizações internacionais e a crença de que a promoção do desenvolvimento em bases solidárias seria uma solução desejável para as contradições e as desigualdades geradas pelo capitalismo no plano internacional (MILANI, 2012, p.211).

Para Milani (2012), a CID como uma articulação política entre os países e autores não governamentais no cenário internacional, com sistema institucionalizado, envolvem inúmeros autores, pelo qual alguns deles podem ser considerados como países doadores (tradicionais ou emergentes) e países beneficiários (principalmente os países que possuem a mínima renda e alguns casos aqueles com renda média). Nessa cooperação, os autores apresentam não somente suas preferências, objetivos e interesses próprios, no incentivo político, segurança nacional, ajuda humanitária e moral, mas esse modelo de cooperação também envolve interesses ambientais e econômicos.

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) pode ser definida como “uma particular configuração na distribuição de poder, que ordena e hierarquiza os autores

do sistema e condiciona suas pautas de interação” (SANAHUJA, 2001, *apud* PINO, 2013, p.10).

Com o fim do conflito bipolar, a função aglutinadora da CID – como ferramenta para trazer coesão aos países em seus respectivos blocos – desaparece e surgem novas justificativas para o papel que deveria assumir em um novo cenário. A CID passa a ser vinculada ao papel de catalisadora de processos de reforma nos países em desenvolvimento, à manifestação do exercício de poder hegemônico na nova ordem mundial e à difusão de seus valores centrais, como a “modernização”. Foi conferida a ela, ainda, a responsabilidade de contribuir com a estabilidade global e a segurança internacional (PINO, 2013, p.10).

Carlos R. S. Milani, na sua obra intitulada “Aprendendo com a história: Críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul” publicado em 2012, revela que no período de 1990, pela finalidade da ordem bipolar, enfatizavam na aceleração da democracia nas relações entre Estado-sociedade e o processo de globalização no âmbito nacional priorizava a cooperação para o desenvolvimento. Essa tendência, levou a concordância dos relatórios da Agenda para a Paz (1992) e Agenda para o Desenvolvimento (1994) produzido pelo diplomata egípcio, Boutros Boutros-Ghali que era o Secretário Geral das Nações Unidas (ONU). A partir disso, começou-se a colocar na agenda da ONU os tratados e prioridades da CID. Algumas agendas que precisam ser mencionadas, são:

[...] combate contra a disseminação de pandemias (ébola, SARS, gripe aviária), proteção da biodiversidade e fenômeno das mudanças climáticas, descentralização e desenvolvimento local, parcerias entre os setores público e privado (incluindo a atuação do chamado Terceiro Setor), programas de minoração da pobreza e difusão das microfinanças (MILANI, 2012, p.213).

Segundo Pino (2013), o conhecido atentado de 11 de setembro de 2001, pelo qual aconteceram os ataques suicidados contra os Estados Unidos da América, favoreceu “[...] a tendência à securitização da CID, isto é, à concentração da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) nos países-chave na luta contra o terrorismo internacional ou para garantir o fornecimento de insumos estratégicos ao crescimento dos países desenvolvidos”. A partir desse momento, levou-se a criação da cooperação que orienta no combate destes efeitos, que atingiram principalmente os países em desenvolvimento, assim, o autor completou:

No último quinquênio, as razões para a cooperação se orientaram no combate dos efeitos devastadores de uma série de crises que, de forma concatenada e em uma combinação perversa, atingiram primeiro os países em desenvolvimento e, desde 2008, os países desenvolvidos: a crise dos

alimentos, a crise energética e de mudança climática e a crise financeira (PINO, 2013, p.11).

Com efeito deste ataque, o cenário mundial começou se transformar, a mudança se iniciou motivada pelos autores doadores e a distribuição do poder que refletiram no sentido da CID, liderados pelos Estados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e pelas organizações financeiras multilaterais que se iniciou desenvolver o trabalho na perspectiva de “nova arquitetura de ajuda”, em que integram com os países emergentes (PINO, 2013). Nesta “nova arquitetura” concretizou-se mais na questão teórica do que na prática, com seis dimensões inter-relacionadas que são apresentadas seguir:

- 1) Consensos sobre metas a serem cumpridas, condensadas nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), na promoção do enfoque do desenvolvimento humano e na construção de capacidades, superando assim a abordagem economicista predominante.
- 2) Ampliação de temáticas em uma agenda de desenvolvimento que se enriqueceu, mas se tornou mais complexa, pela superposição de campos muito diversificados de atuação: gênero, governança, direitos humanos, meio ambiente, bens públicos etc.
- 3) Novos instrumentos e mecanismos para tornar mais eficaz a luta contra a pobreza e, ao mesmo tempo, promover seu alinhamento com as prioridades dos países em desenvolvimento.
- 4) Formas complementares e adicionais de financiamento da AOD, mobilizando o setor empresarial em alianças público-privadas ou agregando outros fluxos, como as remessas dos emigrantes, para multiplicar o volume de recursos.
- 5) uma agenda de eficácia e qualidade na gestão da ajuda oferecida e recebida, a partir de uma série de princípios enunciados pela OCDE (OECD, 1996) em 1996, os quais ecoaram durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Financiamento do Desenvolvimento de Monterrey (2002), sendo posteriormente estabelecidos nas Declarações dos Fóruns de Roma (2003), Paris (2005), Accra (2008) e Busan (2011).
- 6) A proliferação de agentes, especialmente da filantropia e do “Sul Global³”, com a entrada em cena dos países emergentes, que incrementaram seus programas de cooperação técnica em países e setores de atuação esquecidos pelos doadores tradicionais e diversificaram sua oferta com novas modalidades como a CTR⁴ (PINO, 2013, p.11).

No contexto internacional, principalmente pela crise econômica que causou a grande destruição dos países desenvolvidos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e os países emergentes, foi possível ofertar cooperação e aumentá-la com outros países em desenvolvimento. Este processo de incremento e consolidação é fruto de quatro fatores interconectados, que colabora nos fundamentos de sua descolagem cooperativa, econômica e política, conforme apresentado pelo autor supracitado.

³ Sul Global também conhecido como a Cooperação Sul-Sul

⁴ CTR: Cooperação Triangular

O primeiro fator, relaciona-se às taxas de sustentabilidade em crescimento econômico que afeta diretamente os países emergentes e a ampliação da riqueza global. Através desta ampliação, prevê-se que os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e os países emergentes, vão aumentar o Produto Interno Bruto (PIB) no longo prazo até 2050.

Com efeito, diferentes estimativas afirmam que os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e outros países emergentes concentrarão, em 2030, cerca de 60% do PIB mundial (UNLDC IV/OHRLLS, 2011). Outros estudos indicam que o PIB da China ultrapassará o dos Estados Unidos no ano de 2025 e o do Brasil, o do Japão em 2050, momento em que Rússia, México, Indonésia e Turquia se equipararão a Alemanha, França, Reino Unido e Itália em termos de peso econômico (MILANI, 2011 *apud* PINO, 2013, p.13).

De acordo com Pino (2013), o segundo fator, relaciona-se a implementação de um conjunto das políticas públicas que levam a atingir os países mencionados anteriormente a chegar como países mais prósperos não somente em matéria econômica, mas também social e científico-tecnológico, com base em distintas experiências nacionais na questão de desenvolvimento. Deste modo, é necessário que recuperem as capacidades do Estado como regulador e impulsionador do desenvolvimento, além de fortalecer as funções dos órgãos nacionais para lidar nos mercados.

Em relação ao terceiro fator, apresentado por Pino (2013), focaliza-se na “[...] execução de políticas externas mais afirmativas, que diversificaram as opções de inserção internacional dos emergentes por intermédio da articulação de coalizões Sul-Sul”. Atualmente, o que motiva os países emergentes a fortalecer a Cooperação Sul-Sul é a promoção à inserção internacional desses autores, através da criação de diálogo político e fortalecimento econômico. Esta ideologia foi impulsionada por meio dos fluxos financeiros e investimentos dos países em desenvolvimento, e fará com que esses países multipliquem as ações econômica até 30% mundialmente, duplicando o comércio sul-sul por meio das trocas de mercadorias representando 40% atualmente (TIRES, 2012 *apud* PINO, 2013, p.14).

O quarto fator está relacionado a combinação e fortalecimento dos líderes dos países em desenvolvimento, espírito político desses países para lançar os laços econômicos e políticos aos países com a mesma linha de desenvolvimento, fortalecimento das capacidades dos autores (dos países em desenvolvimento) e a coordenação no uso de recursos financeiros para promover as relações entre os Estados (PINO, 2013, p.14).

Pode-se analisar que existiam três temas importantes na agenda da CID que priorizava a realizar, conforme apontado por Milani (2012). No primeiro tema, depois do interesse do aumento da renda *per capita* como único indicador exclusivo na mediação do

desenvolvimento ou crescimento econômico como desenvolvimento, o Programa Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) lançou uma nova forma de desenvolvimento, denominada de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que vai além do crescimento econômico. O índice engloba a dimensão de saúde e educação e a renda como recursos econômicos. Dessa forma, o tema desenvolvimento foi muito marcante nas agendas de cooperações, inclusive a tendência sobre política de desigualdade entre países, regiões e diferenciação entre classes sociais na agenda internacional.

No segundo temático, houve a tema da globalização muito forte nos anos 1999/2000, pelo que se colocavam nas diversas conferências da ONU(Organização das Nações Unidas), tais como:

[...] a educação (Jomtien em 1990), a proteção ambiental (Rio de Janeiro em 1992), os direitos humanos (Viena em 1993), os direitos reprodutivos e a demografia (Cairo em 1994), os direitos da mulher e a problemática do gênero (Beijing em 1995), o desenvolvimento social (Copenhague, 1995), a gestão urbana e a internacionalização das cidades (Istambul em 1996), bem como a discriminação racial (Durban, 2001). Sobre a educação, proteção ambiental, direitos (humanos, reprodutivos e a demografia), problemas sociais (MILANI, 2012, p.215).

O último tema refere-se aos Objetivos do Milênio, mais conhecidos como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) englobando um conjunto de metas, indicadores de monitoramento e avaliação. Assim os ODM ocuparam o cenário dos assuntos governamentais, ONG, organizações internacionais e entre outras organizações.

O ponto de vista da cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), é considerado não são consensuais porque, encontram-se visões são favoráveis e outras mais críticas quanto à sua natureza, seus objetivos, e resultados, ou ainda quanto seus efeitos aos econômicos, tecnológicos, sociais, culturais, ambientais, e políticas por ela projetos (MILANI, 2012).

O próximo quadro mostra a visão sobre a CID, apresentado por Pankaj (2005):

Quadro 2- Visão da Cooperação Internacional para Desenvolvimento

Perspectivas	Visões pró-cooperação	Visões céticas e críticas
Micro: - implicações para os países	<ul style="list-style-type: none"> Promove o crescimento e o desenvolvimento dos países beneficiários (visão liberal em sua vertente mais idealista). 	<ul style="list-style-type: none"> O crescimento e o desenvolvimento resultam de esforços endógenos, a partir das capacidades, recursos e atores que podem ser encontrados nos próprios contextos locais de

doadores e beneficiários		cada nação (teoria da dependência).
Macro: - implicações para a política internacional	<ul style="list-style-type: none"> • Promove a integração (comercial, econômica), paz e prosperidade nas relações entre países doadores e beneficiários (visão liberal institucionalista). • Os países mais ricos têm o dever moral e humanitário de ajudar os menos desenvolvidos (visão liberal idealista). Contribui para a construção e difusão de valores e normas (direitos humanos, proteção ambiental, democracia, equidade de gênero, etc.) e; • A socialização dos Estados nesse âmbito (visão construtivista). 	<ul style="list-style-type: none"> • CID como interferência dos Estados e governos no mundo dos mercados, dos investimentos, do comércio, que seriam os fundamentos reais do desenvolvimento das nações (visão ultraliberal). • CID como expressão mais ou menos sutil das desigualdades do sistema interestatal capitalista e do imperialismo, sustentando relações assimétricas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento (visão marxista). • Cooperação bilateral como expressão dos interesses da política externa do país doador, podendo configurar uma política estratégica de dominação, alinhamento, soft power ou neocolonialista (visão realista).

Fonte: A partir de Pankaj (2005, p.105 *apud* MILANI, 2012, p.217)

2.2.4 Cooperação Norte-Sul (CNS)

A Cooperação Norte-Sul é considerada como cooperação tradicional promovida pelos países desenvolvidos com os países em desenvolvimento, liderados pelos países do Norte, principalmente dos Estados Unidos da América (EUA). Esta cooperação se focalizava na atuação e contribuição dos países do Norte ao desenvolvimento dos países do Sul pela resolução dos problemas apresentados pelos países em desenvolvimento, uma vez que estes países tomaram-se independente de suas colônias. Tomé Fernandes Bambo revela que a CNS [...] se baseava em modelos assistencialistas com determinantes políticos-estratégicos e fortemente conectados com os interesses comerciais dos doadores, inclusive, a esse propósito, carregado de condicionalidades (BAMBO, 2014, p.16).

A CNS apresentou a divergência ideológica e interesses dentro da política internacional, onde os países do Norte, especialmente os líderes dos EUA preocupavam-se com o surgimento das relações entre os países Leste-Oeste, olhando a CNS como uma estratégia para confrontar o Leste-Oeste que era dirigido pela União das Repúblicas Socialista Soviética (URSS) (BAMBO, 2014, p.15).

Conforme apresentado por Bambo (2014), os interesses dos países do Norte não prevaleceram em relação aos objetivos dos países do Sul, e isso levou os países em desenvolvimento a se afastarem das influências geoestratégicas e geopolíticas das potências dos países do mundo (URSS e EUA). Pois, inicialmente, a preocupação dos países do Sul era buscar o reconhecimento, manutenção da soberania dos estados e inclusão nas organizações internacionais, principalmente na Organização das Nações Unidas.

A partir da conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento, realizado em Genebra (Suíça), em 1964, começou-se a enfatizar sobre os Países em Desenvolvimento (PED) conhecidos como Cooperação Sul-Sul (CSS) que é identificado como países que passam por problemas similares, mesmas condições sociais e conseguiram compartilhar as suas soluções (BAMBO, 2014, p.17).

No entanto, segundo Nassir Abdulaziz Al-Nasser, o presidente do 66º período de sessões da Assembleia Geral da ONU, a CSS tem função importante para impulsionar as atividades econômicas, essa cooperação não pode substituir a CNS.

Elas se complementam. O Sul não pode trabalhar sem o Norte, e o Norte não pode trabalhar sem o Sul. O complemento é a palavra-chave aqui. Como presidente da Assembleia Geral da ONU, estou comprometido em promover a cooperação Sul-Sul e triangular como importantes elementos para construir uma associação global unida. Apenas uma associação desse tipo, baseada no diálogo aberto e no entendimento mútuo, pode permitir uma eficiente ação coletiva em um mundo globalizado e interdependente (AL-NASSER, 2011, p. 2).

Deste modo, na próxima seção, o trabalho vai abordar em mais detalhes a CSS liderada pelos países em desenvolvimento na promoção dos interesses comuns, das suas experiências, compartilhamento das experiências entre outras.

2.2.5 Cooperação Sul-Sul (CSS)

Na agenda da política externa dos países em desenvolvimento enfatiza-se a cooperação estratégica denomina Cooperação Sul-Sul (CSS), por intermédios das organizações internacionais e multinacionais, tais como financeiros, comerciais e

seguranças. A Primeira Conferência de Países da Ásia e África, em 1955, no Bandung (uma das províncias da Indonésia), foi considerada como um dos primeiros da cooperação política entre os países em desenvolvimento visando combater-se as opostas visões a cerca de colonialismo, dominação dos países ocidentais e começou a enfatizar a solidariedade dos países em Terceiro Mundo, conforme apresentado pela Milani e Carvalho (2012).

Além desta conferência, tiveram outros eventos históricos na concretização e desenvolvimento da CSS, podem-se destacar alguns deles:

[...] a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (1964); a cooperação cubana por meio do envio, desde os anos 1960, de médicos e professores a inúmeros países em desenvolvimento; a criação do Fundo do Kuwait para o Desenvolvimento Árabe em 1961 e, já nos anos 1970, do Banco de Desenvolvimento Islâmico e do Banco Árabe para o Desenvolvimento; a criação do G-77 nas Nações Unidas e a Nova Ordem Econômica Internacional (MILANI; CARVALHO, 2013, p.13).

Esta cooperação integra diversos espaços, através dos projetos de financiamento e cooperação técnica entre os Estados, ONG, organizações filantrópicas em “[...] áreas desde a saúde pública, educação fundamental e não formal, intercâmbio universitário, meio ambiente, desenvolvimento agrícola, cooperação tecnológica e desenvolvimento científico, gestão pública, até projetos de desenvolvimento produtivo, industrial e de infraestruturas” (MILANI, 2012, p.224).

Complementando ainda que esses países que compõem a CSS (Brasil, China, México, Índia, África do Sul e Turquia) são considerados como potenciais emergentes que possuem a renda média a se tornar mais atrativo no sistema de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, além disso, não somente considerado como países beneficiários, mas também como doadores (HIRST, 2009 *apud* MILANI, 2012). Com a CSS, os países em desenvolvimento podem atuar conjuntamente para solucionar seus problemas de maneira mais assertiva. Busca-se desenvolver as novas atividades com os países desenvolvidos e potentes que possam contribuir no desenvolvimento internacional.

A CSS afirma e busca introduzir uma nova visão do desenvolvimento econômico dos países em desenvolvimento (quanto ao papel do Estado, em matéria de alianças entre países do Sul, quanto ao princípio da não intervenção, à defesa da horizontalidade dos programas de cooperação, etc.) e garantir uma inserção internacional diferenciada de alguns países do Sul no diálogo com os países desenvolvidos (CHISHOLM; STEINER-KHAMSI, 2009 *apud* MILANI, 2012, p.227).

O argumento político que levou os países em desenvolvimento a sustentar esta cooperação (CSS) previu que estes países podem resolver os problemas políticos,

econômicos, e sociais em comum por meio dos fundamentos da identidade compartilhada, pois esses países são considerados como ex-colônias, mesma experiência histórica e nível econômico, forças comuns e interdependências. Assim, a Cooperação Sul-Sul enfatiza-se como assunto internacional que considerar duas dimensões importantes, argumentado por Bruno Ayllín Pino:

[...] uma dimensão política que contempla uma modalidade de cooperação entre países que querem reforçar suas relações bilaterais e coligar-se multilateralmente para ganhar poder negociador nos temas e agenda global. A outra dimensão mais técnica em que dois ou mais países adquirem capacidades individuais e coletivas através de intercâmbios cooperativos em conhecimentos tecnologia e *know how*.(PINO, 2011, p.274 *apud* MILANI; CARVALHO, 2013, p.15)

Na próxima seção, vai focalizar mais nas questões relacionadas ao desenvolvimento das pessoas. A cooperação que se estabelece, seja ela norte-sul, sul-sul, direciona-se a pensar nas pessoas como capital humano. Sendo assim, nosso referencial abordará a definição de capital humano.

2.3 Treinamento

A humanidade passa por várias mudanças e transformações desde a sua existência no planeta Terra. Desde então, as mudanças nunca se afastar da vida humana, ate porque inerente na agente, ela evolui a cada dia e com tanta imprecisão e Heterogeneidade. Apesar de ela tão desafiadora para o mundo, no entanto, na perspectiva de “desenvolvimento e para civilização humano” é considerada importante e como chave para abrir o caminho à humanidade a se prosperar, conforme Snell como afirma um ditado “sem mudanças, não surgem oportunidades” (SNELL, 2011. p. 11).

Qualquer mudança sofrida pela humanidade sempre implica também nas culturais dos homens, pois, lembrar se a cultura humana diz respeita todas as atividades exercidas pelos homens e ao decorrer o tempo toma parte como na sua vida e constitui uma cultura. Por outro lado, podemos definir que a cultura humana é composta por todas as particularidades que são acumuladas e adquiridas por uma pessoa ou de um grupo como seres sociais e que compõe a sua identidade. A definição da Cultura segundo antropólogo Inglês Edward Burnett Taylor (1832-1917) é aquele todo complexo que diz respeito o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e aptidões adquiridos pelo homem como membro da sociedade (LARAIA *apud* MORAES. p. 3). Diante da afirmação do Taylor, pode-se confirmar que a cultura diz respeito todas as atividades que são apropriadas pela humanidade e tornando as como parte da sua

construção da identidade. Apesar de o tema de cultura é tão conhecido no estudo da antropologia, no entanto ao de correr o tempo o próprio termo serviu também no campo de estudo da administração.

Segundo Maximiano (2012, p. 74) “Cultura, um tema consagrado da antropologia, ganhou espaço dentro das teorias da administração. Os conceitos de cultura organizacional podem ser usados para entender e manejar a relação das pessoas com os grupos e das organizações com outros grupos no ambiente”.

A cultura de uma pessoa ou de um grupo social consiste certas forças e capacidades que influencia completamente o ambiente ao seu redor, e isto implica certas mudanças no seu comportamento e conseqüentemente afetar também as atividades no dia-a-dia. De acordo com Snell:

Atitudes, crenças, valores e costumes das pessoas em uma sociedade fazem parte integral de sua cultura. Naturalmente, essa cultura afeta seu comportamento no emprego e no ambiente interno da organização, influenciando suas reações as atribuições de trabalho, estilos de liderança e sistemas de recompensa (SNELL, 2011. p. 27).

O século XX é considerado marcante na história da humanidade. A época que teve grandes mudanças e transformações, assim, influenciou expressivamente o ambiente organizacional, a administração e o comportamento humano (CHIAVENATO, 2014). Conhecido como o século de surgimento das três eras organizacionais que conhecido até agora são era da industrialização clássica, era neoclássica e era da informação.

A era da industrialização clássica iniciou-se os anos de 1900 a 1950. As organizações deste período adotam um sistema basicamente seguindo pelos seus princípios. Conforme Chiavenato (2014), a cultura organizacional voltada para o passado e para a conservação das tradições e valores tradicionais. As pessoas eram vistas como recursos de produção, maquinas, equipamentos e capital.

Ao decorrer de tempo, as ideias da escola clássica começam a perder espaços na humanidade até porque a necessidade dos homens aumentas cada vez mais e necessitando coisas novas. Portanto, acaba levando as ideias e os trabalhos dos clássicos considerados mais, menos vantajosos, para a sociedade. Contudo, as empresas não podem mais oferecer produtos e satisfazerem os seus consumidores. Daí, surgiu-se a era da industrialização neoclássico.

A escola neoclássica “teve início logo após a Segunda Guerra Mundial quando o mundo começou a mudar mais rápida e intensamente. A velocidade da mudança aumentou progressivamente. As transações comerciais passaram da amplitude local para regional, e de regional para

internacional, tornando-se cada vez mais intensas e menos previsíveis, acentuando a competição entre as empresas” (CHIAVENATO, 2014, p. 33).

Entre anos 1950 a 1990, os neoclássicos dão ênfase nos fins e os resultados, na busca sempre a eficácia porque são os que justificam e representa a existência e a operação de uma organização (CHIAVENATO, 2011). Os recursos humanos começaram a ganhar destaque nas organizações e a ser valorizado.

Os recursos humanos começaram a ser valorizados, pois se perceberam os seus importantes papéis, deixando-se agora para trás a antiga visão das Relações Industriais do homem – o qual era visto como um mero componente industrial – em nome de um conceito mais evoluído da Administração de Recursos Humanos (WYSE 2015, p. 30)

O terceiro, era de informação ou digital. Teve início da de cada de 1990, final do século XX. Considerado a época que as organizações ou empresas trilhando para os conhecimentos e intelectualidades das pessoas, como a arma para o seu sucesso.

É a vez de conhecimento, do capital humano e do capital intelectual. O conhecimento torna-se básico e o desafio maior passa a ser a produtividade do conhecimento. Tornar o conhecimento útil e produtivo tornou-se maior responsabilidade gerencial (CHIAVENATO, 2014. p. 34).

Classificado como o século em que as organizações dão a sua importância no desenvolvimento das pessoas. Elas começam a perceber que o sucesso e a competitividade da organização não são decididos apenas nos recursos matérias e tecnológicos, mas sim o conhecimento dos seus funcionários que conceituado como recursos intangíveis, embora tem sua força muito grande e é mais destacado no mercado competitivo. Seguindo a palavra do Snell (2011, p. 13) os conhecimentos, habilidades e aptidão “embora o valor desses ativos possa não aparecer diretamente no balanço patrimonial de uma empresa, seu impacto no desempenho dela é enorme”. Contudo o conhecimento de uma pessoa parece merece uma atenção na parte das empresas, até porque esses conhecimentos e habilidades que tem não conservam para sempre e quando não são atualizadas, elas não suportam para o sucesso da empresa. Conforme os autores do livro comportamento organizacional, dentro de uma organização ou empresa os funcionários que são considerados competentes não permanecem competentes para sempre, porque as habilidades que tem pelo individuo podem se deterioram e tornar se obsoletas. Desta forma, as novas habilidades precisam ser aprendidas (ROBBINS; JUDGE; SOBRAL, 2010).

Nesta situação, imediatamente exige a maior atenção no gerenciamento dos talentos ou capital humano. O treinamento e desenvolvimento das pessoas são ferramentas

que auxilia as empresas no gerenciamento dos talentos ou capital humano. O treinamento e desenvolvimento das pessoas ambos considerados como uns dos programas que pertence o pacote de gestão de pessoas, da era de informação ou digital. O sistema gestão de pessoas em novos paradigmas da administração composta em seis processos básicos ou subsistemas tais como: processo de agregar pessoas, aplicar pessoas, recompensar pessoas, desenvolver pessoas, manter pessoas e monitorar pessoas. Todos eles formam um ciclo que há sempre um elo onde sustenta para a manutenção gestão de pessoas da organização. Nos livros gestão de pessoas pode se reparar bem claro que, o tema de treinamento sempre vem junto com o tema desenvolvimento das pessoas. Pois, basta lembrar que há uma diferença entre treinamento e desenvolvimento de pessoas. De acordo com Chiavenato (2010), importante ressaltar que o treinamento e desenvolvimento de pessoas (T&D) apresentam a similares no método de aprendizagem, embora sua perspectiva de tempo é muito diferente.

A linha do treinamento é preparar as pessoas na realização das atividades presentes, ou seja, é uma atividade que é desenvolvida realmente preparar as pessoas e desenvolva suas competências na realização qualquer de atividade que seja num tempo específico, ou curto prazo. O desenvolvimento de pessoas com seu principal foco formar e capacitar pessoas para atividade futuramente ou longo prazo. Segundo Carvalho (2012, p. 167) o treinamento esta interligado à educação, na medida em que treinar implica despertar dons, aptidões e capacidades que, na maioria das vezes, encontram-se latentes.

Para Chiavenato (2010, p. 367) modernamente, o treinamento é considerado um meio de desenvolver competências nas pessoas para que se tornem mais produtivas, criativas e inovadoras, a fim de contribuir melhor para os objetivos organizacionais. As empresas ou organizações do século XXI são representadas pela capital física, capital financeira e capital intelectual ou humano. O capital humano ganha destaque no cenário desse século, pois, considerado como o século das tecnologias, e os conhecimentos das pessoas se torna fundamental. Visto que o conhecimento de uma pessoa cada vez mais valioso quando sempre desatualizados e contribui sempre no sucesso da organização.

Na próxima seção, trata-se no que diz respeito a cooperação internacional, pois vimos no século XXI a política de cooperação influencia totalmente o processo de desenvolvimento do conhecimento das pessoas e do país.

2.4 Capital humano

O termo de capital humano refere-se o conjunto de conhecimento, capacidade, e experiências das pessoas que são acumulados e que gera serviços e produtos. Os atributos que tem fornecem à organização maior serviço e maior satisfação para caminhar ao alcance dos objetivos, inclusive sua sobrevivência no mercado moderno que é cada vez mais competitivo.

O termo capital humano, segundo Snell (2011), refere-se um recurso intangível, dessa forma as organizações não devem tratá-lo e gerenciá-lo como cargos, produtos e tecnologias, tem que levar em consideração que o capital humano é o patrimônio mais valioso e fundamental para o crescimento da organização. A expressão capital humano diz respeito ao valor econômico do conhecimento das habilidades e das capacidades da empresa (SNELL, 2011. p. 13). A competitividade da organização e alcance dos resultados, conforme Chiavenato (2014), é intensa e está interligada com o capital humano, pois, ele é um patrimônio inestimável que sustenta a permanência da organização. Contudo, é muito pertinente que a empresa invista e no desenvolvimento dos seus funcionários e encontre a forma mais eficaz de utilizar os atributos existentes em seus funcionários para gerar o resultado esperado.

O capital humano é composto de dois aspectos principais a saber: talentos e contextos (organizacional). Enquanto o primeiro refere-se ao conhecimento, habilidade e competências que pessoa tem, e sempre devem ser reforçados, atualizados e recompensados. São atributos que podem expandir quando existir e coexistir uma liberdade, autonomia e retaguarda (CHIAVENATO, 2014). O segundo, trata-se do ambiente interno da organização. É um ambiente que sustenta e favorece o desenvolvimento e crescimento dos talentos do indivíduo dentro de uma organização (CHIAVENATO, 2014). O capital humano de uma organização é formado de pessoas, e com elas representam o capital principal da organização.

Em um mundo cheio de transformações e competitivo, as organizações precisam de uma política e estratégias onde as pessoas estejam sempre dispostas a enfrentar os desafios da inovação e principalmente a concorrência. Para atingir os resultados, as organizações precisam de pessoas espertas, ágeis, empreendedoras e que estejam prontas para assumir riscos (CHIAVENATO, 2010). Contudo, é necessário que a organização crie e desenvolva programas de capacitação e treinamento, pois é por meio dessa atividade que a organização poderá desenvolver mais as competências, habilidades, e aptidão que a pessoa necessita e ajudá-la a ficar mais firme em relação aos problemas que estão enfrentando e os que vão encontrar na organização.

3 METODOLOGIA

A pesquisa é bastante conhecida na vida humana, pois, com ela as pessoas começam a lidar e solucionar determinados problemas ou fenômenos que lhes interessam, baseando-se sempre nas próprias premissas de métodos científicos. Segundo Andrade (2010), a pesquisa refere-se a todos os procedimentos sistemáticos que são utilizados por um pesquisador e que se fundamenta no raciocínio lógico das pessoas para encontrar soluções ou razões de um determinado problema, mediante a utilização de métodos científicos.

Na solução de um problema, o método científico é visto como o procedimento de muita importância onde os pesquisadores devem seguir e adotar sempre para que no final da sua pesquisa, os resultados possam ser vistos como um conhecimento válidos e tornarem-se aceitos no campo da ciência. Para Prodanov e Freitas (2013, p. 24) o método científico é conjunto de procedimentos adotados com o propósito de atingir o conhecimento.

Numa pesquisa, o método serve e/ou funciona como o caminho ou instrumento utilizado na solução de um problema ou fenômeno, ou seja, a forma pela qual os pesquisadores se utilizam para alcançar o resultado de uma pesquisa. Fundada nesses raciocínios ou afirmações, o presente trabalho teve o propósito de produzir um estudo que seguindo sempre os requisitos básicos do método científico. Para isso, o método utilizado para alcançar os seus objetivos principalmente para fazer análise acerca do tema das influências da cooperação Timor leste e Brasil no programa de treinamento aos servidores públicos de Timor leste, foi o método baseado no procedimento da pesquisa bibliográfica e documental de abordagem qualitativa. Sendo o problema da pesquisa: qual é a importância da cooperação existente entre o governo timorense com o governo Brasileiro no desenvolvimento dos servidores públicos de Timor-Leste? Especialmente a contribuição do programa de treinamento dado pelos profissionais brasileiros tanto no desenvolvimento das competências dos servidores públicos quanto na administração pública de Timor-Leste?

Neste trabalho, as pesquisas bibliográficas e documentais são consideradas como principais instrumentos que auxiliam a construção e fundamentação das ideias. Marconi e Lakatos (2011) destacam que a pesquisa bibliográfica oferece ao pesquisador o recurso legal que sustenta as suas ideias na solução de um problema inclusive possibilita desenvolver as novas ideias nas áreas que os problemas ainda não são satisfatórios e que merecem mais desataques. Conforme Andrade (2010, p. 113) “todo o trabalho científico pressupõe uma pesquisa bibliográfica preliminar”. Gerhardt e Silveira (2009, p. 37) ressaltam que “qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto”.

A pesquisa documental classifica-se como os dados primários que são publicados e não receberam nenhum tratamento, e para usá-lo o pesquisador deve ter uma capacidade de interpretar e analisar tal documento em relação aos fatos. Sá Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 6) apontam que “as fontes primárias são dados originais, a partir dos quais se tem uma relação direta com os fatos a serem analisados, ou seja o pesquisador (a) que analisa”. Contudo, enunciado acima podemos perceber que, neste estudo utilizamo-nos da pesquisa documental para chegar a algum resultado.

As técnicas de coleta e tratamento de dados ocorreram a partir da pesquisa bibliográfica e documental como: livros dos autores acadêmicos e documentos das instituições públicas que são relacionados com o tema da pesquisa e que puderam contribuir na construção e interpretação das ideias inclusive para analisá-los e chegar a um resultado. Os dados obtidos são livros, dissertações, teses, dados disponíveis na internet (*site de instituições públicas*), documentos de acordos de cooperação Brasil e Timor leste no Programa de fortalecimento da administração pública do Timor-Leste e o Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste 2011-2030 (PED). No documento contendo o acordo de cooperação apresentam-se as áreas estratégicas que foram desenvolvidas entre os dois países, e o PED mostrará as atribuições do governo Timor-Leste em relação ao programa de capacitação e treinamentos dos servidores públicos Timor-Leste.

Este trabalho esta sendo dividida em sete partes: iniciando-se a primeira parte com a introdução: contextualizado brevemente sobre o tema, os objetivos do trabalho, justificativa, o problema do trabalho; a segunda, se apresenta sobre os conceitos e teorias que estão relacionados com esta pesquisa; a terceira, sobre metodologia do trabalho: os métodos e procedimentos adotados neste pesquisa; quarta, acordos de cooperação realizado entre Brasil e Timor-Leste e contextualizando a historia de Timor-Leste; quinta, analise e discussões: correlacionar os as teorias e as realidades; sexta, considerações finais e o ultimo as referencias bibliográficas utilizadas neste trabalho.

4. O ACORDO DE COOPERAÇÃO BRASIL E TIMOR-LESTE NO PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO TIMOR-LESTE

4.1 Contextualização a República Democrática de Timor-Leste

A República Democrática de Timor-Leste (RDTL) é um pequeno país localizado no Sudeste Asiático (composto aproximadamente 17000 ilhas do Sudeste Asiático), na linha

que faz fronteira marítima com Austrália (sul a vizinhança) e terrestre com Indonésia. Antes seu território foi ocupado pelos portugueses, poucas pessoas conhecem a história de Timor, pois não havia o registro sobre a história, e a partir da chegada dos portugueses que se iniciou o recurso de documentação histórica para promoção e divulgação da história do país. A existência das histórias de Timor ainda resistem em vários aspectos das tradições populares, isto por meio de seus mitos, símbolos, rituais tradicionais, roupas, músicas e as danças timorenses (GAGLITO, 2008). Além disso, a história de Timor é contada e preservada pelos próprios timorenses por meio da transmissão oral, como por exemplo, mitologia e simbologia de seu povo realizado nas localidades remotas do país.

Com a chegada dos portugueses em Timor por volta de 1512, os timorenses viviam da agricultura e criação dos animais como búfalo, produções vegetais e indústrias artesanais. O descobrimento da ilha do Timor pelos portugueses levou o comércio da madeira em Insulíndia⁵, principalmente o nobre sândalo, mel de abelha e outras espécies encontradas na ilha do país.

As primeiras expedições comerciais dos portugueses à Insulíndia Oriental datam de 1512; mas dirigiam-se às Molucas e não devem ter dado em 1514. A partir dessa data visitaram regularmente a ilha navios portugueses, que traziam de Malaca panos de algodão e objectos metálicos, como facas, espadas e machados, levando em troca sândalo, mel e cera. Na segunda metade do séc. XVI há notícias de se realizarem carreiras regulares não só de Malaca mas também de Macau – pois era a China o principal consumidor do sândalo. Não há porém qualquer traço de estabelecimento permanente de portugueses na ilha (THOMAZ, 1994 *apud* GAGLITO, 2008)

Após 25 anos de ocupação dos portugueses, a ilha de Timor-Leste é imediatamente tomada pelo seu país vizinho à Indonésia que apropria o território durante 450 anos. A ocupação dos indonésios é considerada como a última invasão que ocorreu em Timor leste, pois, após isto, o Timor-Leste figurava como um Estado soberano e composto como membro da Organização das Nações Unidas, em 20 de maio de 2002, sendo assim, um país independente (COLARES, 2006 *apud* ZANIN, 2011, p.31).

⁵ Insulíndia é conhecida como arquipélago malaio localizado entre a Indochina e Sudeste Asiático marítimo, é composto por grupo de ilhas localizado entre oceanos Índico e Pacífico.

Figura 1- Localização de Timor-Leste no mundo



Fonte: on the world map.⁶

Fonte: Mapsof.net⁷

4.2 Administração pública de Timor Leste

A administração pública timorense passou por muitas mudanças ao longo do percurso da colonização de Portugal, da ocupação pela Indonésia e no governo transitório da ONU (Organização das Nações Unidas). Antes da chegada dos portugueses, o território de Timor leste era administrado com o modelo tipicamente oriental de forma tradicional que representa uma administração patriarcal ou patrimonial (SOARES, 2009). Mais tarde, com apropriação dos portugueses, o território de Timor-Leste passava por uma administração que é tipicamente oriental de forma burocrática perante de um regime monárquico português que durou 450 anos.

Após a colonização dos portugueses, o território timorense foi administrado provisoriamente pela Frente Revolucionária de Timor leste Independente (FRETILIN), partido pro-independência que proclamou sua independência em 28 de novembro 1975, mesmo não sendo reconhecido pelos Estados Unidos. Em resposta ao poder assumido pela FRETILIN, o governo da Indonésia iniciou sua invasão ao Timor leste em 7 de setembro 1975, até 1999, que durou 24 anos (SOARES, 2009). Ao longo da ocupação pela Indonésia, o povo timorense passou por piores sofrimentos em toda a ocupação, pois naquela época a Indonésia estava vivendo sob a ditadura do General Suharto (1965 a 1988), pelo qual “O exército indonésio praticou uma política de violência indiscriminada contra a população civil do Timor Leste, o que revoltou a todos os habitantes e gerou a morte de quase 200 mil

⁶ Disponível em: <http://ontheworldmap.com/timor-east/timor-east-location-map.jpg>. Acesso em Jan. 2016.

⁷ Disponível em: < http://mapsof.net/uploads/static-maps/timor_leste_districts_map.png>.

peças, em 20 anos de repressão, fome e descaso mundial” e com “[...] violência perpetrada pelas milícias, estimulada pelos militares indonésios, fez com que a Indonésia fosse denunciada como violadora dos direitos humanos dos timorenses” (ROCHA, 2007, p.3).

Os primeiros anos da ocupação são caracterizados pela obsessão indonésia pela dominação da resistência (que a seguir será citada) e reorganização da sociedade timorense, recorrendo a massacres de civis, violações e repressão, como também a políticas de negação da identidade nacional impondo costumes e comportamentos estrangeiros como a proibição do uso e ensino da língua portuguesa e a islamização. A invasão fez uso também de locais similares a campos de concentração, mas por eles chamados de “campos estratégicos”, que serviam de moradas transitórias para as aproximadamente 300.000 pessoas deslocadas de suas casas em 1979 (SANTOS, 2011 *apud* ZANIN, 2011, p.25).

A partir desse, o Conselho de Segurança das Nações Unidas autorizou uma força multinacional, cujo nome era INTERFET (*Internacional Forces for East Timor*) para atuar como força da paz, iniciou-se a sua entrada no território de Timor leste em 20 de setembro de 1999, para estabilizar a segurança do país, afim, de facilitar a missão da UNAMET (*United Nations Mission in East Timor*) (FARIA, 2011). Em 25 de outubro 1999 conforme a resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas nº 1272, permitiu-se a implantação de uma administração transitória das Nações Unidas em Timor leste (UNTAET) que tinha a função de montar as estruturas dos aparelhos de estado incluindo exercer as atividades executivas, legislativas e administração de justiça durante o período de transição da administração indonésia para a independência formal, chefiada pelo diplomata brasileiro Sérgio Vieira de Melo (FARIA, 2011). Em 20 de maio de 2002 foi restaurada a independência de Timor-Leste e entregou o poder ao primeiro governo constitucional de Timor leste pelas Nações Unidas.

Seguindo palavras do Soares (2009), antes da independência, a administração pública de Timor leste ao longo de dois anos, entre o período de 2000 a 2002, foi aplicada uma administração que é praticamente de caráter emergencial e preparatório para a independência definitiva. Após isto, Timor leste optou em sua nova fase a combinação dos modelos de administração pública (*patrimonial, burocrático e gerencial*) que é capaz de atender as demandas da sociedade e de modo que sempre buscava trabalhar dentro dos padrões do sistema moderno. Conforme Soares (2009) ressalta:

Timor-Leste vem construindo um formato de administração pública dentro dos padrões modernos e da sua nova constituição, configurando formato misto e de caráter situacional uma vez que, frequentemente, as circunstâncias determinam a forma e os aspectos da administração a ser aplicada. Em determinadas circunstâncias, os administradores tendem a atuar de forma patrimonialista como se pode observar na situação da última crise político-militar, na qual os governantes perderam a confiança do povo e surgiu uma liderança carismática para controlar a situação e resolver a crise ao seu jeito.

Em outras circunstâncias, os administradores adotam mecanismos tendencialmente impessoais, rígidos, formais e racionais, como na divisão do trabalho, valorizando as estruturas hierárquicas e aplicando os procedimentos de forma estandardizadas, exigindo lealdade dos servidores para com as instituições, já que o foco principal passa a ser colocado nas instituições e na eficiência do uso dos recursos. E em outras situações, os administradores tendem a atuar de uma forma mais gerencial, visando a obtenção de resultado, tendo como estratégia a descentralização e o incentivo à criatividade e a inovação (SOARES, 2009, P. 73).

4.2.1 Administração portuguesa

A administração pública no período colonial de Timor-Leste era considerada como território não autónomo sob administração Portuguesa, '[...] com uma combinação de *'direct'* e de *'indirect rule'*, governando as populações essencialmente através das estruturas de poder tradicionais, em vez de utilizar os empregados civis coloniais. "Isto manteve a sociedade tradicional timorense praticamente inalterada" (PNUD, 2002, p.78).

Os portugueses tiveram uma abordagem indirecta à governação. O Governador em Dili actuava através de administradores distritais que por sua vez coordenavam administradores sub-distritais. Mas estes não exerciam controlo directo sobre as aldeias, que deixavam em larga medida nas mãos dos liurais, ou chefes de suco (PNUD, 2002, p.33).

Faria (2011) destaca que a administração pública na era colonial iniciou-se só no século XVIII, apesar de a sua chegada em território de Timor-Leste ter sido no início do século XVI. Com a nomeação do primeiro governador em Timor leste (1702) a administração do país automaticamente se processou como uma integração na administração dos portugueses. No entanto, a integração de Timor na administração portuguesa não excluía nada de uma organização segundo a tradição local, que é praticamente comandada e governada pelos reinos. No século XVIII, a maioria dos reinos em Timor leste decidiram aceitar o domínio dos portugueses e iniciou-se uma administração indirecta que durou até os finais do século XIX (FARIA, 2011). No século XIX, Timor ainda mantinha uma estrutura administrativa que dividida em reinos, sucos e povoações. Só na segunda metade do século, decidiram estabelecer uma estrutura administrativa definitiva da província ultramarina de Timor.

4.2.2 Administração Indonésia

Na administração exercida pela Indonésia, com a ditadura do Suharto, o novo governo ordenou o controle centralizado junto a todas as províncias pertencentes à Indonésia. A divisão territorial da Indonésia é provincial, assim, Timor era governada pelo governador, simultaneamente com burocracia governamental, a administração em cada nível era realizada pelo administrador, pelo qual o nível distrital é administrado pelo *bupate*, o subdistrito era administrado pelo *camat*, logo o chefe de aldeia (PNUD, 2002, p.33). Para completar, basta lembrar que os comandantes locais do exército para além dos seus deveres militares, tinham suas funções de deter posições estratégicas no governo e indicando como integrante do parlamento ao nível provincial e distrital. Os policiais além de operarem em outros canais, participavam também nas tomadas de decisões importantes junto com o governador e comandantes militares. As decisões eram tomadas, através de um fórum especial para a liderança política provincial, distrital e sub-distrital. O sistema legal estava no controle do governo.

Visto que a estrutura autocrática contribuirá a fornecer o serviço para a sociedade, porém no sentido de desenvolvimento humano, ela passou a ser um sistema que gerou falhas graves num serviço público.

4.2.3 Administração transitória das Nações Unidas

A administração pública no governo transitório é acompanhada com a complexidade dos problemas que são resultado de séculos de herança colonial e de décadas de ocupação da Indonésia que influenciaram a mentalidade e comportamento da sociedade timorense (FARIA, 2011).

Os acontecimentos de setembro de 1999 deram um impacto muito grande na administração pública no período de transição para a independência. O sistema da administração foi prejudicado porque milícias destruíram completamente as infraestruturas principalmente os edifícios administrativos inclusive queimaram todos os arquivos governamentais considerados importantes.

Na ocupação dos indonésios, as atividades exercidas nos níveis superiores a maioria do pessoal era os indonésios, e os funcionários timorenses apenas ocupavam o cargo nos níveis inferiores da administração. Cerca de 8.000 (PNUD, 2002), funcionários decidiram fugir para Indonésia, incluindo os funcionários que tinham papéis chave na estrutura administrativa. Contudo, além de gestores e juizes, as pessoas que exerceram serviços básicos também deixaram o Timor leste.

Em outubro 1999 o conselho de segurança da ONU (Organização das Nações Unidas) decidiu refazer a estrutura de governança e impor a Administração Transitória das Nações Unidas para o Timor-Leste a manutenção da paz, reabilitação nacional e construção da nação. A nova administração governamental foi exercida totalmente pelas pessoas internacionais da ONU e da UNTAET (Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste). O início da Administração Transitória de Timor-Leste (ATTL) só foi estabelecida em julho de 2000 formada com cinco timorenses e quatro funcionários internacionais em um gabinete. No ano 2001, a UNTAET estabeleceu uma nova estrutura governativa com dez ministérios e quatro secretarias de Estados onde foram liderados por pessoal de Timor-Leste. A transferência do poder da ONU para Timor-Leste como um Estado Independente e Democrático iniciou na meia-noite (00.00) com a tomada de posse do primeiro presidente da República Democrática de Timor-Leste José Alexandre “Kay Rala Xanana Gusmão”.

4.2.4 Administração pós transitória

Depois de dois anos num sistema administrativo completamente emergencial, o Timor-Leste foi declarado mundialmente como um país independente e unitário em 20 de maio de 2002. Isto mostra que o país precisa dar o início na formulação de novo sistema de administração na instituição pública. No entanto, desenvolvimento de uma administração pública mais efetiva e que seja capaz de atender as demandas da sociedade, conforme sua cultura ancestral, visando o desenvolvimento e crescimento do país, foi um dos maiores desafios para o primeiro governo constitucional de Timor-Leste. Nos primeiros anos da sua independência o país ainda enfrentou vários problemas inclusive a falta de recursos humanos capacitados, contribuindo bastante nesse problema. Conforme mencionado por Faria (2011):

Cerca de 11.000 funcionários públicos foram recrutados de 15 mil postos previstos, neste caso incluindo também as vagas para os serviços de policiamento e de força de defesa. Apesar desses números, sublinha-se que menos de 50% das posições principais aos níveis de gestão não foram ainda preenchidos (FARIA, 2011, P.32).

Esses números acima mostram que é um grande obstáculo para a formulação e a estruturação dos cargos hierárquicos para o primeiro governo, apesar de ajuda do CISPE (*Civil Service and Public Employment comission*) da UNTAET. Ainda enfrentou problemas em recrutamento pelo fato de o CISPE ter recrutado funcionários com menos competências profissionais e que não estavam de acordo com o cargo mais alto da administração pública

(FARIA, 2011). Note-se que até agora a escassez de recursos humanos ainda é um dos problemas do país, pois segundo o Presidente da comissão da função pública Liborio Pereira, apresentado em 2010, no documento intitulado (*programa para fortalecimento da administração pública de Timor-Leste*) da escola de administração fazendária – ESAF, os três desafios ou principais problemas para o desenvolvimento de competências na administração pública timorense são: a ausência de unidade linguística, escassez de recursos humanos capacitados e os custos elevados para a formação do quadro de servidores (PEREIRA, 2011 *apud* ESAF)⁸.

Na próxima seção, apresentaremos o documento chamado Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste 2011-2030 que apresenta as estratégias e ações do governo Timor leste para o desenvolvimento setorial especialmente dos recursos humanos ou capital humano, inclusive, os documentos acordo de cooperação que foi realizado entre governo brasileiro e Timor-Leste para o fortalecimento da administração pública de Timor-Leste em 2010.

4.3 Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED, 2011-2030)

O Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste (PED) 2011-2030 é considerado uma visão para o Timor de vinte anos. É um plano feito através de vontade do povo para um país forte e próspero. Por isso, ele incorpora também o plano de “Timor Leste-2020, A Nossa Nação, O Nosso Futuro”. O qual constituiu-se como base do plano de desenvolvimento Nacional de 2020. Reflete igualmente os pontos de vista dos milhares de timorenses que contribuíram para a consulta nacional no Plano Estratégico de Desenvolvimento Resumido, Do Conflito a Prosperidade, em 2010. (TIMOR LESTE, 2010. p. 10).

O Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030 é um plano de longo prazo que orienta o Timor-Leste tanto agora como no futuro. Ele mostra o panorama de todos os setores do Timor-Leste ao estabelecer estratégias e ações que contribuir para desenvolvimento do país.

Ao implementar suas visões para o Timor-Leste de vinte anos, o Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste separa os principais setores a devem ser focados capital social, desenvolvimento de infraestrutura, desenvolvimento econômico e quadro institucional.

No quadro institucional, o PED tem uma visão de muita relevância para o desenvolvimento do país, pois pretende-se construir uma instituição pública com mais

⁸ Mais informações: <http://www.esaf.fazenda.gov.br/timor-leste-1/view>

transparência, competentes, e responsáveis, que sejam capazes de cooperar para a estabilidade e a segurança do país, principalmente na formação e o desenvolvimento dos recursos humanos para um estado de boa governança.

O funcionamento e serviço de qualidade da máquina pública contribui bastante no desenvolvimento do país. O setor público de Timor-Leste é composto por todas as instituições do Estado, incluindo os ministérios governamentais, as autoridades públicas e estatutárias e os órgãos constitucionais. Inclui a função pública, cujos funcionários estão abrangidos pelo Estatuto da Função Pública, bem como os sectores da segurança e defesa (TIMOR LESTE, 2010. p. 221). Atualmente, as instituições do setor público de Timor-Leste principalmente na função pública ainda enfrentam vários problemas em relação com os recursos humanos, pois apresenta-se como recursos humanos muito limitado e menos qualificados, sem contar que a maioria dos funcionários estão a envelhecer. Para isso a função pública de Timor-Leste requer em si uma reforma sustentada de longo prazo para melhorar sua capacidade de desempenho. Para isso, será necessária uma reforma na gestão de liderança, sistema e procedimentos, administração, contabilidade e finanças, execução orçamental e aprovisionamento, conhecimento e gestão de documentos e planeamento estratégico. Para o setor público de Timor-Leste, a boa governança na instituição como função pública é muito importante, promete a confiança pública nas instituições democráticas principalmente nos governos (TIMOR LESTE, 2010).

A Primeira reforma do setor público de Timor-Leste e da boa governança pública já está acontecendo, o objetivo é criar a cultura de responsabilidade e instituições que sejam capazes de exercer suas funções independentemente do governo inclusive a abertura da Função Pública. A primeira reforma envolveu seguintes:

- ✚ Estabelecimento da comissão da função pública;
- ✚ Estabelecimento da comissão anticorrupção;
- ✚ Reforço das competências do Gabinete do Inspetor Geral de modo a permitir-lhe agir de forma independente na inspeção e auditoria dos ministérios e agências governamentais;
- ✚ Estabelecimento de um camará de contas;
- ✚ Estabelecer um portal “web” sobre os gastos.

A segunda reforma no setor público de Timor-Leste é a reestruturação da função pública e da boa governança. Desta vez, o propósito dela é construir um setor público de Timor-Leste prepotente e que seja capaz de superar os desafios no futuro.

A reforma da função pública e de boa governança com o objetivo de assegurar o setor público com a capacidade de executar e implementar da melhor forma possível o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030. E isso exige a melhorias nos recursos humanos e capital inclusive uma mudança de cultura e estrutural.

A Comissão da função pública tem a função, como um órgão com mandato, de conduzir ou liderar o progresso na máquina pública. Ela deve ser apresentada em melhor condição para promover ou fomentar a mudança cultural a fim de contribuir e melhorar a liderança no setor pública principalmente o reconhecimento da natureza única da função pública e capacidade de resposta de que necessita (TIMOR LESTE, 2010).

A Comissão da função pública deve promover o desenvolvimento da função pública e torná-la mais eficaz sem depender dos serviços da assistência técnica internacional. Como mencionamos em cima, a instituição pública de Timor-Leste atualmente ainda não tem o número suficiente dos funcionários competentes e qualificados. Para isso deve desenvolver as atividades ou programas intensivos que sejam capazes de promover o desenvolvimento dos recursos humanos na função pública a fim de contribuir para o alcance dos objetivos estratégicos do país. Além disso, o fundo de desenvolvimento do capital humano de Timor-Leste também vai oferecer o mecanismo para o desenvolvimento desses recursos humanos. O fundo irá garantir os custos para a formação principalmente com o financiamento de bolsas de estudo no exterior.

4.4 Projetos da cooperação técnica entre Brasil e Timor-Leste

A relação Brasil e Timor-Leste começou logo após o termino da ocupação do governo Indonésio sobre o Timor-Leste. O governo brasileiro por meio da ABC (Agência de Cooperação Brasileira) em 20 de julho de 2000 assinou um protocolo de acordo básico da cooperação técnica com a administração transitória das nações unidas em Timor-Leste, e coube neste acordo desenvolver as áreas estratégicas que o governo brasileiro estivesse habilitado a cooperar na reestruturação do Timor. Foram identificadas as áreas de educação, agricultura e formação profissional, como prioritárias à cooperação técnica brasileira. (ABC e ESAF)⁹. Embora, a promulgação efetiva do acordo básico só aconteceu em 19 de janeiro de 2005.

Em 2010, durante sua visita ao Brasil, o presidente da comissão da função pública de Timor-Leste, Libório Pereira relatou que os principais problemas no desenvolvimento de competências na administração pública timorense são: ausência de unidade linguística, a

⁹ Mais informações: http://www.esaf.fazenda.gov.br/cooperacao_tecnica/apresentacao/cooperacoes-internacionais-2
<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/TimorLeste>

escassez de recursos humanos capacitados e os custos elevados para a formação do quadro de servidores. O cargo da função pública corresponde a um quadro hierárquico de sete níveis. Os três níveis mais alto, estimados em cerca de 3.000 funcionários, atendem pelas funções gerenciais e, devem compor o público alvo do programa oferecido pelo governo brasileiro (PEREIRA, 2010 *apud* ESAF)¹⁰.

Em resposta a essas demandas, a cooperação com o Governo brasileiro, por meio da Escola de Administração Fazendária do Ministério da Fazenda (ESAF/MF) e o Governo de Timor-Leste, por meio da Função Pública firmou-se em 2010 do mesmo ano, uma cooperação técnica entre dois países num programa fortemente visava o fortalecimento da administração pública de Timor-Leste especialmente na capacitação estratégica para desenvolvimento institucional e gestão de recursos humanos.

- ✚ Título: programa para fortalecimento da administração pública de Timor-Leste: capacitação estratégica para desenvolvimento institucional e gestão de recursos humanos;
- ✚ Vigência 18 meses, a partir da data da última assinatura desta fase;
- ✚ Custo estimado: U\$ 162.670,00;
- ✚ Instituição coordenadora brasileira: governo brasileiro, por meio da Agencia Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE);
- ✚ Instituição Coordenadora Timorense: Governo timorense por meio da Comissão da Função Pública (CFP);
- ✚ Instituições Executoras: a) Governo Brasileiro, por meio da Escola de administração Fazendária do Ministério da Fazenda (ESAF/MF), b) Instituições Públicas de Timor-Leste a serem indicadas por meio da Comissão da Função Pública (CFP).

Antes da sua implementação, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) organizou uma missão de estudo preliminar em Díli, Timor-Leste, no primeiro bimestre de 2012, com a participação de representante da Escola de Administração Fazendária do Ministério da Fazenda (ESAF/MR), do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas de Presidência da República (IPEA) e da Universidade de Brasília, com base nas premissas da cooperação sul-sul ou mais conhecido atualmente sul global. Foram identificadas as áreas da administração pública que seriam alvo de cooperação técnica para o desenvolvimento com apoio do governo brasileiro, destacando-se três eixos: consolidação do uso do português na gestão estatal, desenvolvimento institucional e gestão de recursos humanos e planejamento de políticas públicas. Por outro lado, este programa visava atender as demandas

¹⁰ Mais informações: <http://www.esaf.fazenda.gov.br/timor-leste-1/view>.

identificadas pelo grupo executivo de cooperação técnica Brasil e Timor-Leste em agosto 2008 (ESAF) ¹¹.

O objetivo deste projeto é capacitar os servidores timorenses em desenvolvimento institucional e gestão de recursos humanos, formado por nove áreas tais como:

1. Planejamento estratégico;
2. Indicadores de desempenho;
3. Gestão de processos;
4. Avaliação e monitoramento de projetos;
5. Gestão de conhecimento;
6. Gestão de pessoas;
7. Desenvolvimento de equipes;
8. Gestão de competências;
9. Processo disciplinar.

O projeto foi realizado no período de setembro de 2013, na capital de Timor-Leste, Díli, com a participação do Instituto Nacional de Administração Pública (INAP), instituto responsável pela capacitação dos servidores públicos timorenses e pelo Programa de Capacitação Estratégica para Desenvolvimento Institucional e Gestão de Recursos Humanos no Timor. Segundo documento da ESAF o acordo tinha a intenção de capacitar 360 servidores timorenses ocupantes de função diretiva na Administração Pública ¹².

As iniciativas do projeto são:

1. Permitir o *empoderamento* dos funcionários públicos timorenses no uso de suas atribuições sem a presença de consultores internacionais;
2. Estar em harmonia com o “Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste 2011-2030”;
3. Dar sustentabilidade as ações previstas pelos Governos de Timor-Leste e do Brasil e contribuir para o adensamento das relações bilaterais;
4. Estar em linha com “o Plano Estratégico da Comissão da Função Pública para 2009-2014”;

¹¹ Mais informações: <http://www.esaf.fazenda.gov.br/timor-leste-1/view>.

¹² Mais informações: <http://www.esaf.fazenda.gov.br/noticias/esaf-avalia-programa-de-fortalecimento-da-administracao-publica-do-timor-leste>

5. Estar em consonância com as premissas do Acordo Básico de Cooperação Técnica firmada entre República Federativa do Brasil e a República Democrática de Timor-Leste;

Vale lembrar que, este projeto é a continuidade do esforço do governo brasileiro desde 1999. Com objetivo de atender o acordo básico de Cooperação Técnica entre Brasil e Timor-Leste, realizado em 20 de maio de 2002.

5 ANALISE E DISCUSSÃO

5.1 Contribuições do acordo de cooperação e do projeto para o Timor-Leste

De fato, a Cooperação Sul-Sul ou Cooperação Técnica Internacional dos Países em Desenvolvimento (CTPD) já mostrou claramente seu destaque no desenvolvimento dos países emergentes e sua influência no cenário internacional. Para Ayllón (2009) *apud* Rubio; Carrion (2012, p. 172) ressalta a importância da CTPD na medida em que esta cooperação pode ser o sustento para a resolução de problemas entre os países em similar grau de desenvolvimento, pois compartilham percepções parecidas sobre as dificuldades e objetivam superá-las, visando um maior grau de bem-estar à população. Do mesmo para Chisholm; Steiner-khamsi, (2009) *apud* Milani, (2012) a cooperação Sul-Sul tem iniciativa de introduzir nos países em desenvolvimento uma nova visão de desenvolvimento econômico diferenciada em diálogo com país desenvolvido.

Atualmente, Brasil e Timor-Leste está sendo realizada uma cooperação bilateral técnica, que compromete particularmente em fomentar o desenvolvimento e sem finalidade de ganhos monetários, conforme Itamaraty a cooperação técnica é uma atividade desenvolvida para promover o desenvolvimento de um país através das práticas de capacitação humana e institucional, partilhando os conhecimentos e experiências, inclusive possibilitar as mudanças estruturais respeitando sempre a realidade socioeconômica dos países aos quais destinam e proporcionar as boas práticas de governo, e sem fins lucrativos¹³. Esta cooperação técnica entre os dois países fundamenta-se na política de cooperação Sul-Sul.

O envolvimento do Brasil na CTPD ou Sul-Sul não é mais uma novidade, embora que o tamanho e a escala da CID brasileira não são grandes para os padrões do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento OCDE. No entanto, entre 2003 e 2010 os números

¹³ Mais informações podem acessar aqui <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/cooperacao/3686-cooperacao-tecnica>.

mostram claramente forte atuação do Brasil na cooperação Sul-Sul (MILANO, 2016). Hoje em dia, na ampliação da sua atuação na CSS o Brasil por meio da ABC do Ministério da Relações Exteriores pretende realizar um acordo de cooperação que visa principalmente no desenvolvimento de Timor leste.

O acordo realizado com base nas premissas da cooperação Sul-Sul é considerado a resposta em relação com as informações apresentado pelo Presidente da Comissão da Função Pública de Timor-Leste sobre a ausência de unidade linguística, escassez de recursos humanos capacitados e os custos elevados para a formação do quadro de servidores. A cooperação entre Brasil e Timor-Leste com base nas premissas da Cooperação Sul-Sul (CSS), para a implementação o programa de desenvolvimento dos servidores públicos de Timor-Leste é considerado muito importante. Através dessa cooperação e o projeto implementado, o governo brasileiro possa atender as demandas do Timor-Leste por meio de alocação dos profissionais brasileiros competentes que capaz de contribuir na realização do programa a fim de contribuir no desenvolvimento tanto da Instituição pública quanto do país. A presença dos profissionais brasileiras permite a compartilhamento dos seus conhecimentos e experiências principalmente na consolidação da língua portuguesa no cumprimento do artigo 13 da Constituição da República de Timor-Leste. E evidente, o acordo realizado por meio de uma cooperação técnica com base nas premissas da cooperação Sul-Sul, e a implementação do projeto garante a construção e o desenvolvimento de Timor-Leste em harmonia com o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030.

5.2 Timor-Leste como beneficiado da CSS

Na cooperação internacional para o desenvolvimento existe inúmeras autores, mas tradicionalmente tem doador e beneficiado. Neste caso, a cooperação Brasil e Timor leste, quem esta sendo classificado como beneficiador é o Timor leste.

O beneficiador é considerado como o ator que receber as ajudar dos países que nela a cooperar. As iniciativas do governo Timor leste em cooperar com Timor leste são:

- Através desta cooperação, o governo Timor leste possa solucionar seus problemas a escassez de recursos humanos através da formação e qualificação dadas pelos profissionais brasileiros a fim de contribuir para o desenvolvimento nacional;
- Ampliar sua política bilateral com parceiros CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) especialmente com Brasil;

- Apesar de grau semelhanças de desenvolvimento, Timor leste na sua política de cooperação pretende impulsionar seu desenvolvimento através de realização de acordo de cooperação com Brasil.

5.3 Brasil como doador da CSS

Na cooperação Internacional para o desenvolvimento (CID) segundo Milani (2012, p.1), “envolve inúmeros autores, tanto do lado chamados países doadores (tradicional ou emergentes), quanto no campo dos beneficiários (normalmente países de renda baixa ou, em alguns raros casos, países de renda média)”. Nesta circunstancia, na cooperação técnica com Timor leste, o Brasil é considerado como o doador.

O Brasil está cada vez mais destacado com sua atuação na CTPD. Inicialmente apresentar apenas como beneficiador da CID, hoje em dia visto, ele atua simultaneamente como doador e beneficiador. Na sua relação com Timor com base nas premissas da CSS, o Brasil pretende fomentar o desenvolvimento de Timor-Leste com a implementação dos projetos que visa na qualificação dos servidores públicos e desenvolvimento institucional. As iniciativas ou motivos de levar o Brasil serem o doador do Timor-Leste são:

- Ampliar a promoção do desenvolvimento da política de cooperação para o desenvolvimento CID;
- Divulgando sua personagem no cenário internacional como país doador principalmente na CSS;
- Ampliar sua política com países parceiros da CPLP, bilateralmente com Timor-Leste;
- Ser reconhecido como país prepotente e que capaz de participar nas tomadas de decisões no cenário mundial

5.4 Limitações da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD)

A agenda Cooperação Sul-Sul, apesar na cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) garante o desenvolvimento dos países emergentes, no entanto, por outro lado nem todos os seus acordos para um projeto gerando um resultado positivo entre ambas principalmente aos países beneficiadores. Historicamente, por experiências que tem, a Cooperação Sul-Sul ainda apresenta a deficiência na sua política para a implementação de um projeto. De acordo com Rubio e Carion (2012, p.173), existem limitações relativas

aos resultados e à avaliação CTPD, uma vez que não está claro a “replicabilidade” e o adequado processo encerramento dos projetos.

Conforme Ayllon apresenta as reflexões de demais autores sobre um estudo que compara a CTPD com a Cooperação Norte Sul de vários países (China, Brasil, Ghana, etc), ressaltando como principais dificuldades da CTPD as lacunas de informação e a dispersão na avaliação. Entre os resultados desse estudo, evidencia-se a participação quase nula da população beneficiária nos projetos, o que se identifica como um obstáculo para a sua mediação e impacto de sua avaliação, como, também, poderia não permitir o cumprimento dos objetivos pactuados entre os países (AYLLON, 2010 *apud* RUBIO; CARION, 2012. p. 173).

Neste caso, o acordo realizado entre Brasil e Timor-Leste com base nas premissas da Cooperação Sul-Sul para implementar o projeto fortalecimento de administração pública de Timor leste também pode apresentar um resultado relativamente semelhante do que já tinha acontecido.

5.5 Decisões devem ser tomadas pelo Timor-Leste

A Cooperação Técnica Internacional para o Desenvolvimento apesar tão relevante para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento como Timor leste, no entanto, por outro lado, o próprio estado deve ficar sempre atento em relação com quaisquer decisões a serem tomadas em relação à política de cooperação principalmente na implementação de um programa de desenvolvimento aos servidores públicos. O estado Timor-Leste precisa implementar uma política de desenvolvimento que corresponde com realidade do país a fim de contribuir positivamente. O mais importante oferecer um programa de treinamento com um acompanhamento máximo desde sua implementação até o final. E deve oferecer um programa continua

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Cooperação Técnica Internacional Países em Desenvolvimento (CTPD) é um sistema que articula a política dos países emergentes para o desenvolvimento. É uma política que possibilita os países que apresentam o grau de desenvolvimento semelhante possam atuar conjuntamente para solucionar seus problemas através da inserção diferenciada de desenvolvimento. A CTPD pode acontecer bilateralmente ou triangulação. Neste caso, o Brasil e Timor esta sendo protagonizado bilateralmente e fundamente-se no principio da CSS. A cooperação entre os dois países é um intercambio de conhecimentos e experiências na área social, econômica e política sem ganhos monetários. Neste intercambio o Brasil apresentado como o doador e por sua vez Timor-Leste como beneficiador.

Esta cooperação é realizada a partir das demandas apresentada pelo governo Timor leste através do presidente da Comissão da Função Pública de Timor-Leste, e as identificadas pela missão brasileira desde 1999. Em resposta, o governo brasileiro permite a implementação de um projeto que visa fortemente para qualificação dos servidores públicos de Timor leste e desenvolvimento institucional. A cooperação realizada é muito positiva e vantajosa tanto para Timor quanto para Brasil.

As vantagens para o governo brasileiro:

- Ampliar sua política bilateralmente com governo Timor leste;
- Contribui justamente no esforço que o Brasil esta sendo praticado, para serem reconhecido no cenário internacional como país de potencial e merece seu destaque nas decisões importantes da ONU (Organizações das Nações Unidas);
- Ampliar sua atuação na CSS.

A vantagem para governo Timor leste:

- Contribui no desenvolvimento do país, através de implementação do projeto de qualificação dos servidores públicos e alocação dos profissionais brasileiros mais competentes que capaz de contribuir na implementação do projeto;
- Ampliar sua política bilateral com Brasil.

Para concluir vale lembrar que, o tema pesquisado é considerado de extrema importância para uma pesquisa, porque mediante nele possamos identificar os principais ações do governo Timor-Leste em especial sua política de cooperação que contribui para a formação e o desenvolvimento nacional.

Sugere-se neste trabalho, a realização de uma nova pesquisa sobre as áreas de cooperações existentes entre os dois países ou mesmo entre outros países e inclusive pra mostrar os resultados ou até as avaliações realizadas sobre a implementação do projeto e os que estão em andamento.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Cooperação Brasil-Timor-Leste**. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/TimorLeste>>. Acesso em: 23 nov. 2016.
- AL-NASSER, Nassir Abdulaziz. **Cooperação Norte-Sul não tem substituto**. Roma. 2011. Disponível em: <<http://www.envolverde.com.br/cooperacao-norte-sul-nao-tem-substituto/>>. Acesso em: 27 jun. 2017.
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico: Elaboração de Trabalhos na Graduação**. 20 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- BAMBO, Tomé Fernando. **Cooperação Sul-Sul: O acordo Brasil-Moçambique na área de biocombustíveis**. São Paulo. 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde-26052014-111753/publico/Tome_Fernando_Bambo.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2017.
- CAIXETA, Marina Bolfarine. **Cooperação Sul-Sul Como nova Tendência da Cooperação Internacional: o discurso e a prática da cooperação técnica do Brasil com São Tomé e Príncipe para o combate à tuberculose**. Brasília. 2014. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15924/1/2014_MarinaBolfarineCaixeta.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2017.
- CARVALHO, Antonio Vieira de; NASCIMENTO, Luiz Paulo do; SERAFIM, Oziléa Cleans Gomes. **Administração de Recursos Humanos**. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 4 ed. São Paulo: Manoele, 2014.
- _____, Idalberto. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- _____, Idalberto. **Introdução a Teoria Geral da Administração**. 8 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA. **Cooperações Internacionais: Acordo de Cooperação – Timor-Leste**. Disponível em: <http://www.esaf.fazenda.gov.br/cooperacao_tecnica/apresentacao/cooperacoes-internacionais-2>. Acesso em: 21 nov. 2016.
- ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA. **Esaf avalia programa de fortalecimento da administração pública do Timor-Leste**. 2016. Disponível em: <<http://www.esaf.fazenda.gov.br/noticias/esaf-avalia-programa-de-fortalecimento-da-administracao-publica-do-timor-leste>>. Acesso em: 02 abr. 2017.
- ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA. **Programa para Fortalecimento da Administração Pública de Timor-Leste: Capacitação estratégica para desenvolvimento institucional e gestão de recursos humanos**. Brasília. 2013. Disponível: <<http://www.esaf.fazenda.gov.br/timor-leste-1/view>>. Acesso em: 06 nov. 2016.
- FARIA, Vicente Soares. **O Desempenho da Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste**. Braga: Universidade do Minho, 2011.
- GAGLIATO, Márcio. **Timor-Leste e a ocupação Indonésia: A religião como operado de resistência**. 2008. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/17300/1/Marcio%20Gagliato.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2017
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

LACERDA, Gustavo Biscaia. Algumas teorias das relações internacionais: realismo, idealismo e grocianismo. **Revista Intersaberes**, vol. 1, p. 56-77, 2006. Disponível em: <<https://www.uninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/viewFile/87/61>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

MACIAL, Tadeu Morato. As teorias de relações internacionais pensando a cooperação. **Ponto e Vírgula Revista de Ciências Sociais**, n. 5, p. 215-229, 2009. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/potoevirgula/article/view/14087/10373>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

MARCONI, M. de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Introdução à Metodologia do**

_____, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologi do Trabalho Científico**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINS, José Ricardo; MENEGHEI, Stela Maria. **A Cooperação Internacional Brasileira: por que cooperar com o Timor Leste?**. Disponível em: <https://www.academia.edu/4808917/A_COOPERA%C3%87%C3%83O_INTERNACIONAL_BRASILEIRA_E_O_TIMOR_LESTE>. Acesso em: 22 fev. 2017.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Teoria Geral da Administração: da Revolução Urbana à Revolução Digital**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MILANI Carlos R. S; CARVALHO, Tassia C. O.. Cooperação Sul-Sul e Política Externa: Brasil e China no continente africano. **Estudos Internacionais: Revista de Relações Internacionais da PUC Minas**, vol. 1, n. 1, p. 11-35, 2013. Disponível em: <<http://fes.org.br/brasilnomundo/wp-content/uploads/2014/06/milani-estudosinternacionais-2.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2017.

MILANI, Carlos R. S.. **Aprendendo com a História**: Críticas à experiência da cooperação Norte-Sul e atuais desafios à cooperação sul-sul. **Caderno CRH**, Salvador, vol. 25, n. 65, p. 211-231, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v25n65/v25n65a03.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2017.

MORAES, Emmanuel Victor Hugo. **Para Uma Filosofia da Cultura**: sobre as relações entre cultura e ética (e/qoj; h)/qoj), por intermédio da Bildung alemã e da Paidéia (paide/ia) grega. 2012. Disponível em: <<http://www3.ufrb.edu.br/ebecult/wp-content/uploads/2012/04/Para-uma-filosofia-da-cultura-so-bre-as-relac%C3%83%C3%9Fo%C3%83%C3%89es-entre-Cultura-e-E%C3%83%C3%85tho%C3%83%C3%91s-por-interme%C3%83%C3%85dio-da-Bildung-alema%C3%83%C3%89-e-da-Paide%C3%83%C3%85ia-grega.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

PINO, Bruno Ayllón. **A Cooperação Triangular e as Transformações da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento**. Rio de Janeiro. 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1845.pdf>. Acesso em: 13 set. 2016.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico**: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 ed. Rio Grande do Sul: Feevale, 2013.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório de Desenvolvimento Humano em Timor-Leste 2002**: Ukun rasik a'na o caminho à nossa frente. 2002. Disponível em: <http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/rdhtl_final.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2016.

RAMOS, Bárbara Oliveira. **A Cooperação Internacional e os Debates Teóricos**: Um estudo de caso sobre a atuação da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional. Brasília. 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4884/1/2006_B%C3%A1rbara%20Oliveira%20Ramos.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2017.

ROBBINS, Stephen P; JUDGE, Timothy A; SOBRAL, Felipe. **Comportamento organizacional**. 14 ed. Sao Paulo: person prentice hall, 2010.

ROCHA, Luciene Mágda Lima. **Ecoturismo: Uma oportunidade de desenvolvimento no Timor-Leste**. 2007. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/195/1/2007_LucieneMagdaLimaRocha.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2016.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristovão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa Documental: Pistas Teóricas e Metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**. v. 1, n. 1, p. 6, 2009. Disponível em <<https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/6/pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

SNELL, Scott. **Administração de Recursos Humanos**. 14 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

SNELL, Scott. **Administração de recursos humanos**. São Paulo: cengage learning, 2009.

SOARES, Francisco. **Participação na Administração Pública de Timor-Leste e a nova Constituição do país**. Recife. 2009. Disponível: <http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/1220/arquivo302_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 jan. 2017.

TIMOR-LESTE. **Timor-Leste Plano Estratégico de desenvolvimento 2011-2030**. 2011. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2012/02/Plano-Estrategico-de-Desenvolvimento_PT1.pdf>. Acesso em: 07 maio. 2016.

Urbana à Revolução Digital. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Trabalho Científico. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VÁRNAGY, Tomás. **O pensamento político de John Locke e o surgimento do liberalismo**. 2006. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/secret/filopolmpt/04_varnagy.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2017.

WYSE, Robert de Moraes. Gestão de Pessoas: dos Primórdios à Atualidade. **Revista de Ciências Gerenciais**. v. 9, n. 30, p. 29-33, 2015. Disponível em <<http://www.pgsskroton.com.br/seer/index.php/rcger/article/download/3661/3135>>. Acesso em: 1 ago. 2017.

ZANIN, Diane. **Análise da Evolução dos Principais Indicadores Macroeconômicos de Timor-Leste Desde a Independência**. Florianópolis. 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/121454/302657.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 03 jan. 2016.